

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

**ATA n.º 3/2023**

**Sessão Ordinária Pública, de 22 de junho de 2023**

**Local:** Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.

### **Mesa:**

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

### **Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:**

- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);

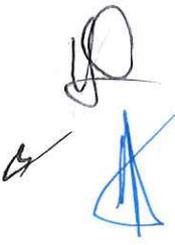
- 
- Gisela Sofia Viegas (PS);
  - João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD);
  - Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
  - Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
  - Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
  - Anaisa Pera Gonçalves (CH);
  - Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
  - Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
  - Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PPD/PSD);
  - Maria Manuela Gonçalves Romão (PS).

**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:**

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias

**Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:**

- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);



--- Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. -----

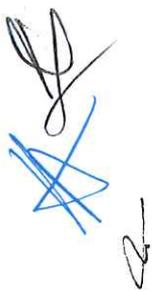
--- Começou por dar uma informação relativamente ao tratamento de dados pessoais e as transmissões online das reuniões dos órgãos autárquicos, na sequência de parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados à questão que alguns municípios tinham colocado relativamente à transmissão em direto das reuniões dos órgãos autárquicos, principalmente Assembleias Municipais. A referida transmissão em direto corresponde a um tratamento de dados pessoais, nos termos das do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), por implicar a recolha e divulgação de informação relativa a pessoas singulares identificadas ou identificáveis, uma questão que não se colocava quanto aos eleitos, no entanto relativamente ao público presente e aos colaboradores do município que apoiavam a Assembleia, era necessário uma autorização expressa para que essas imagens pudessem ser transmitidas. Referiu que não era uma obrigação, mas sim uma orientação que não queriam deixar de cumprir e que os funcionários já tinham sido devidamente informados. -----

--- Assim o público presente iria receber uma minuta de declaração que após o preenchimento com a respetiva identificação e assinada, autorizava, previamente ao início da sessão, a transmissão de imagens nas redes sociais do Município, reiterando que todos os eleitos já tinham assinado aquele compromisso no momento em que se tinham candidatado. -----

--- Recordou o ponto dez da citada orientação que refere *“que o referido consentimento deve ser recolhido não apenas em relação àqueles que, no exercício das suas funções ou no exercício do direito de participação, (que é o caso do público), façam declarações durante as reuniões, como também em relação aos que exercem o mesmo direito de participação através da mera presença ou assistência naquelas. Também em relação aos trabalhadores que prestem apoio durante as reuniões é necessário o respetivo consentimento cujo relevo jurídico depende como em todos os outros casos de lhe ser garantida a alternativa de não ser filmado”*. -----

--- Relativamente aos funcionários a questão estava ultrapassada e quanto ao público presente verificou-se ser uma situação pacífica, dados que todos tinham preenchido e assinado a citada declaração. -----

--- Deu início à assembleia, referindo que a Presidente da Câmara Municipal já tinha estado presente, tendo manifestado a necessidade de se ausentar por dez (10) minutos, o que não impedia o início dos trabalhos, cumprimentou os Vereadores, os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta, o público que assistia através do Facebook, o público presente o qual



tinha previamente prestado o seu consentimento para a transmissão das imagens da assembleia a decorrer. Aos funcionários da biblioteca, ao secretariado de apoio, aos técnicos de informática, de som e de imagem, agradeceu pela dedicação, apoio prestado e empenho. -

--- Referiu que o Deputado Municipal eleito pelo partido CHEGA, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, encontrava-se ausente da sessão e em sua substituição estava presente Anaisa Pera Gonçalves a quem deu as boas-vindas. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a primeira secretária Maria Margarida Flores iria fazer a chamada.-----

--- **Presenças:** Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Anaisa Pera Gonçalves, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Gisela Sofia Viegas, João Pedro Rôlo Correia, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Liliana Ribeiro Fernandes, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás. -----

--- Acrescentou que a deputada municipal Jovita de Fátima Romano Ladeira, não se encontrava presente no momento da chamada.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro, deu a palavra à segunda-secretária Muriel Cristina Dias Neto, para informar sobre a correspondência recebida, desde a última sessão da Assembleia. -----

--- **A segunda-secretária Muriel Cristina Dias Neto** informou os membros da Assembleia Municipal, nos termos alínea m) do artigo 7º do regimento, que desde a última sessão foi recebida pela mesa a seguinte correspondência: -----

--- *"A Deputada Liliana Ribeiro Fernandes, requereu as ajudas de custo referente à sessão da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2023; -----*

--- *O Turismo de Portugal, remeteu convite para a sessão de apresentação da Agenda do Turismo para o Interior, realizada no dia 09 de maio; -----*

--- *A Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, remeteu convite para almoço convívio do 15.º Raid BTT, realizado no dia 14 de maio; -----*

--- *A Santa Casa da Misericórdia de Tavira, remeteu convite para a Missa em honra de Nossa Senhora da Visitação, dia das Misericórdias Portuguesas, realizada no dia 31 de maio; -----*



- O Município de Castro Marim, convidou para a abertura da feira “Terra de Maio - Feira da Cabra 2023”, realizada no dia 27 de Maio;-----
- A Patinagem Clube de Tavira, convidou para o IX Torneio Amizade, realizado nos dias 27 e 28 de Maio; -----
- O Partido Livre, remeteu recomendação sobre o “Algarve mais resiliente”; -----
- Graeme Walker, remeteu exposição sobre o Aldeamento Pedras Del Rei;-----
- A Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, remeteu convite para a 27.ª edição da Facarte 2023;-----
- O Centro Social de Santo Estevão, remeteu convite para Serão Solidário, realizado no dia 16 de junho;-----
- A Fundação Inatel, informou sobre a abertura de candidaturas para a 9ª Edição da Aldeia dos Sonhos 2023;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira, remeteu convite para Arraial de Santos Populares, a realizar no dia 22 de junho;-----
- A Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL, remeteu convite para a cerimónia de parte do edifício do antigo Governo Civil de Faro, realizada no dia 14 de junho;-----
- A Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL, solicitou informação sobre a delegação de competências na CI-AMAL;-----
- A Benamor Golf, remeteu convite para o ato de entrega de um Buggy maca, projetado por Benamor e que seria oferecido à Cruz Vermelha, realizado no dia 15 de junho. -----
- O Município de Castro Marim, remeteu convite para a sessão solene das Comemorações do Dia do Município, a realizar no dia 24 de junho;-----
- O Município Carlos Mesquita, remeteu comunicação sobre a falta de meios médicos disponíveis no Algarve;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira, convidou para a Inauguração do Núcleo Museológico do Hospital do Espírito Santo, a realizar no dia 24 de junho;-----
- O Deputado Gonçalo Santos, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2023;-----
- O Partido Social Democrata, remeteu um voto de pesar, um voto de congratulação e uma recomendação, para apresentação, discussão e votação na sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho”. -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que os convites referidos na correspondência eram direcionados para o Presidente da Assembleia, quando se estendiam a todos os membros da Assembleia eram distribuídos por todos.-----



--- Esclareceu a forma como iria decorrer a Assembleia, sendo que em primeiro lugar ia ser colocada à votação a ata de uma assembleia anterior, a qual tinha sido previamente remetida a todos os deputados, seguido da apresentação de um voto de pesar apresentado pela bancada do PSD, a apresentação de uma recomendação também pela bancada do PSD e a apresentação de votos de louvor, seguindo-se o período antes da ordem do dia, a ordem do dia e por fim a intervenção do público, o qual deveria proceder à respetiva inscrição até ao final do período antes da ordem do dia, lembrando que não poderiam intervir sobre assuntos que fizessem parte da ordem do dia, e ainda que as intervenções não podiam superiores a três (3) minutos. -----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão a ata número um (1) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e três, a qual foi aprovada por unanimidade.** -----

--- Em cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, não participam na votação os deputados municipais que não tenham estado presentes na sessão a que a ata diz respeito. -----

--- A deputada municipal Anaisa Pera Gonçalves, não participou na votação. -----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE PESAR – JOSÉ FERNANDES ESTEVENS, apresentado pelo Partido Social Democrata.** -----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia, o Executivo Municipal, os Presidentes de Junta de Freguesia, os Deputados Municipais, os colaboradores do município que acompanhavam os trabalhos bem como os que estavam a efetuar a transmissão, cumprimentando também o público presente e o que assistia em casa. -----

--- Disse que o voto de pesar ia ser apresentado pelo deputado Jorge Corvo, referindo que o mesmo continha um erro no ano, no entanto iria remeter o voto devidamente retificado para anexar à ata. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** endereçou cumprimentos a todos e passou a ler o voto de pesar. -----

--- *“José Fernandes Estevens nasceu no concelho de Castro Marim em 1956. Profissionalmente destacou-se na área da advocacia e também na área do ensino. Mas foi ao serviço da causa pública e do desenvolvimento local e regional, com assinalável espírito dinâmico e inovador, que mais se notabilizou, mormente nos 16 anos em que foi presidente da Câmara Municipal de Castro Marim entre 1997 e 2013. De se destacar, igualmente, a sua candidatura pelo PSD, em 2013, à Câmara Municipal de Tavira, onde foi vereador durante o período autárquico de 2013 a*

2017. Pelo seu trabalho e pelas suas qualidades pessoais e políticas, endereçamos a toda a família e amigos as nossas condolências e sentido de profundo pesar. Pelo exposto a Assembleia Municipal de Tavira reunida a 22 de junho 2023 delibera aprovar publicamente o voto pesar pela morte de José Fernandes Estevens, de remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta para conhecimento à sua família enlutada, apresentando as nossas condolências e sentido pesar. Tavira 22 de junho de 2023, o grupo municipal do Partido Social democrata". -----

--- Lido o voto de pesar propôs ao Presidente da Assembleia, um minuto de silêncio em memória de José Fernandes Estevens.-----

--- Fez-se um minuto de silêncio.-----

--- O Deputado Municipal José Graça cumprimentou o Presidente da Assembleia, os Membros da Mesa e os funcionários do município que apoiavam o desenvolvimento dos serviços da sessão da Assembleia Municipal. Cumprimentou também os membros da Câmara Municipal, restantes membros da Assembleia Municipal e o público que assistia, quer presencialmente quer em casa.-----

--- Disse que a bancada do Partido Socialista iria juntar-se ao voto de pesar em memória do Dr. José Fernandes Estevens sublinhando duas facetas especiais da sua carreira, para além dos vinte e dois anos de serviço público enquanto autarca nos municípios de Tavira e de Castro Marim, julgava ser de sublinhar a longa carreira autárquica, salientando dois aspetos fundamentais, a paixão com que tinha exercido as suas funções, quer no exercício ativo, na liderança do município de Castro Marim, quer na oposição como vereador na Câmara Municipal de Tavira e na Câmara Municipal de Castro Marim mais tarde, e o sentido de serviço público que tinha colocado ao longo desses vinte e dois anos à frente do seu trabalho. Era de dar nota dessa dedicação e dessa longa marcha como autarca pelo que o Partido Socialista aliava-se claramente à manifestação de pesar apresentada pelo grupo Parlamentar do PSD. ----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE PESAR – JOSÉ FERNANDES ESTEVENS, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número um. -----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à discussão a RECOMENDAÇÃO POR UM SERVIÇO DE EMERGÊNCIA PARA OS TAVIRENSES, apresentada pelo Partido Social Democrata. -----

--- O Deputado Municipal Artur Gomes cumprimentou o Presidente da Assembleia e os Deputados Municipais, referindo que a recomendação era proveniente da última Assembleia Municipal, abordada brevemente, no entanto tinham decidido transpô-la por escrito.-----

--- Referiu que tinham rececionado nos últimos dias uma carta, enviada por um médico, à qual todos os deputados e membros do executivo tinham tido acesso, que reforçava o que estava redigido na recomendação, mencionando ainda que era completamente apartidária, uma vez que a mesma deveria ser um ponto de força e de união, sendo um reforço para todo o concelho e para todas as freguesias, passando a ler os considerandos da recomendação. -----

*“Considerando:-----*

*- As carências do Serviço de Emergência no nosso Concelho tanto a nível de recursos humanos como materiais;-----*

*- A inexistência de um Serviço Básico de Urgência no Concelho ou seus limítrofes; -----*

*- A distribuição deficitária dos recursos deixando as Freguesias de Cachopo, Santa Catarina e a Conceição de Tavira com uma resposta demorada; -----*

*- As largas distâncias a percorrer pelas equipas de socorro quer dentro do concelho como na deslocação para as unidades de saúde aumentando exponencialmente os tempos de resposta.*

*Desta forma o Grupo Municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Tavira, nos termos do art.º 23, nº 2, h) do Regimento da Assembleia Municipal de Tavira e do nº 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, recomenda ao Executivo Municipal:-----*

*1) Pugnar junto do Ministério da Saúde e do INEM pela colocação de uma ambulância e a sua respetiva equipa no aquartelamento de Cachopo de forma a aumentar a proximidade e diminuir os tempos de resposta na Serra de Tavira no curto prazo;-----*

*2) Pugnar para a abertura de um Serviço Básico de Urgências no Centro de Saúde de Tavira;-----*

*3) Promova uma reunião entre o Executivo Municipal, a Delegação Regional do INEM, o Comando Regional de Emergência e Proteção Civil, Corpo de Bombeiros Municipais e a Proteção Civil de Tavira de forma a fazer o levantamento das necessidades e qual o impacto que a falta de meios tem em Tavira atualmente; -----*

*4) Integração no futuro Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Tavira de uma estrutura organizada que junte os diversos operadores no concelho, INEM, Bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa, de forma a garantir o pleno funcionamento da Emergência Médica no Concelho e diminuir tanto as falhas de resposta como reduzir o tempo de resposta;-----*

*5) Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta de recomendação para conhecimento e divulgação ao INEM, ao Ministério da Saúde, à ANEPC, ao Ministério da Administração Interna, à Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social local, regional e nacional e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.”-----*

--- A deputada municipal Jovita Ladeira entrou na sala pelas vinte e uma horas e quinze minutos. -----



--- O Deputado Municipal José Graça disse que gostaria de recordar que na última Assembleia Municipal quando se tinha abordado a matéria em causa, o Partido Socialista tinha manifestado a sua disponibilidade para participar na elaboração de uma proposta de recomendação conjunta com o grupo parlamentar do PSD assim, tinha sido com alguma surpresa que recebiam a proposta da recomendação ora apresentada, a qual continha algumas lacunas que não podiam deixar de sublinhar, mas ao mesmo tempo congratular com o facto de essas lacunas serem aspetos positivos do trabalho que vinha sendo realizado na área da saúde no concelho de Tavira. -----

---Sabendo que o programa do governo tinha identificado sempre como essencial o investimento da qualidade dos serviços públicos, nomeadamente na aposta em modelos de governação que validam e valorizam a descentralização, tinha sido criada no dia 22 de março, a Delegação Regional do INEM que havia sido encerrada através do Decreto-lei n.º 34/2012 de 14 de fevereiro. A criação da Delegação regional do INEM visava acima de tudo responder ao manifesto crescimento da atividade, mas também ao crescimento das exigências decorrentes do funcionamento do sistema integrado de emergência médica na região e também vinha de encontro a um conjunto de preocupações exaradas na proposta de recomendação como se, entretanto, não tivesse acontecido nada e aconteceu. -----

---Sublinhou também que, também não estava de forma alguma refletido na proposta de recomendação, o extraordinário empenho dos profissionais de saúde e dos serviços de emergência durante a pandemia atravessada recentemente, que tinha vindo de alguma forma intensificar a procura dos serviços públicos de saúde. Graças ao empenho daqueles profissionais de saúde, quer dos serviços locais, quer da emergência médica, não só do Serviço Nacional de Saúde, mas também dos Bombeiros Municipais e da Cruz Vermelha Portuguesa, tinham procurado complementar através do sistema integrado de emergência médica dar resposta a esse aumento da procura. -----

--- Referiu também, que estava subjacente que não tinha havido investimento na área da saúde ou na procura de resolução dos assuntos que mais preocupavam os tavirenses todavia mencionava que havia investimento, o qual estava anunciado, um forte investimento na melhoria dos cuidados de saúde, nomeadamente através de um grande investimento no Centro de Saúde de Tavira para tentar melhorar a qualidade dos serviços prestados aos Tavirenses, sobretudo na assistência direta a esses serviços.-----

--- Disse que a bancada do PS manifestava concordância com as preocupações mencionadas na recomendação, reforçando mais uma vez a disponibilidade para participar na elaboração da proposta e fazer retratar nela aquilo que vinha sendo efetuado dando de alguma forma resposta à situação. Afirmou que não viviam no melhor dos mundos relativamente à saúde e



no ano em curso, ao invés de melhorar haviam todas as condições para que muito daquilo que se encontrava refletido na proposta de recomendação se pudesse agravar. Como era do conhecimento geral, as taxas de ocupação turística vinham crescendo de uma forma exponencial na região algarvia devido a vários fatores, o Algarve vinha sendo alvo de uma procura crescente de turistas, logo também existia um aumento na procura dos serviços públicos associados nomeadamente na área da saúde, no entanto aquele ano era ainda mais peculiar dado que nos meses de julho e agosto, Portugal iria receber mais de um milhão e meio de jovens a participar nas jornadas mundiais da juventude. Uma situação que impunha aos serviços públicos uma exigência maior, uma procura maior, referindo que todos deviam procurar ser solidários com todos aqueles que tentavam dar resposta ao aumento da referida procura e ter consciência que isso podia acontecer. -----

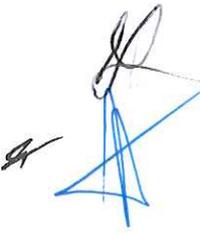
--- Disse que decerto quer o INEM quer o SNS tinham previstos planos especiais de emergência para a região, no entanto não seriam certamente com o número de profissionais de saúde e de postos de emergência médica necessários. Desejava que houvessem condições para isso e contava que as instituições que até hoje tinham colaborado com o INEM na operacionalização, no terreno, do sistema integrado de emergência médica também tivessem capacidade de ter recursos humanos para que isso pudesse acontecer, considerando que devíamos estar conscientes e preocupados com esta situação.-----

--- Declarou que a bancada do PS votava a favor da proposta de recomendação do PSD porque de facto era necessário que houvesse dedicação e empenho de todos e de todas as estruturas para que aqueles serviços pudessem ser concretizados, melhorando a sua qualidade. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** lembrou alguns pontos, relativamente à recomendação apresentada, referindo que o deputado José Graça tinha mencionado a proposta de realização de uma moção conjunta, parafraseando as palavras proferidas na última assembleia Municipal, em que as suas palavras foram “*façam vocês*” e era isso que tinham feito. -----

--- Posteriormente disse que agradecia o empenho, revelando que o deputado estudava bem os dossiers, que também gostava de ler os documentos, sobretudo a apresentação do PRR, referindo que as várias apresentações do Ministro da Saúde eram muito interessantes, no entanto a nova delegação Regional do INEM no curto prazo não resolvia o problema da cidade, mencionando que era necessária uma resposta mais rápida e mais pronta e o que sugeriam com a recomendação era exatamente reforçar a posição do município para que essa resposta pudesse vir mais depressa para as freguesias e concelho. -----

--- Salientou que era de louvar o trabalho dos profissionais de saúde que muito fizeram por todos e pelo país, pelos territórios e que foram incansáveis durante o período da pandemia, no



entanto a pandemia não podia ser o “bode expiatório” do poder político e o problema que naquele momento se sentia encontrava-se agravado e já vinha de antes da pandemia, referindo que àquela hora estavam com apenas uma ambulância operacional em Tavira, o que tinha que ser resolvido, para tal pediam o apoio de todos, considerando ser uma proposta bastante abrangente, que conseguia englobar todos, para que pudessem ter uma posição forte.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que quando disseram à bancada do PSD que tomassem a liderança na elaboração do projeto da recomendação nunca se tinham colocado à parte, queria que ficasse assente que estariam disponíveis para trabalhar em cima de uma proposta base feita pelo PSD, referindo ainda que na sua intervenção tinha repetido três vezes o sistema integrado de emergência médica, que não era possível haver ambulâncias em todos os lugares, no entanto o sistema respondia de uma forma integrada, coordenada e atualmente era coordenado a partir do Algarve e não de Lisboa, evitando o risco de uma ambulância ser enviada para Alcoutim e ser direcionada para Portalegre como tinha acontecido no passado.---

--- Por outro lado existia um posto de emergência médica, que atualmente se desconhecia, continuava a funcionar a dezasseis quilómetros (16 km) da sede de Freguesia de Cachopo, que servia não apenas a freguesia de Martim Longo, do Pereiro, de Giões, de Vaqueiros mas também servia todo o norte do concelho de Tavira, assim como podiam vir ambulâncias de Loulé, de Faro, de Olhão ou de Vila Real de Santo António, o sistema estava a funcionar de forma integrada e procurava dar a melhor resposta ao momento, com os meios e os recursos que estavam disponíveis.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a RECOMENDAÇÃO POR UM SERVIÇO DE EMERGÊNCIA PARA OS TAVIRENSES**, a qual foi aprovada por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número dois.-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o **VOTO DE CONGRATULAÇÃO A ALGUNS CLUBES, BEM COMO AOS SEUS ATLETAS E ÀS SUAS RESPECTIVAS EQUIPAS TÉCNICAS, PELO TRABALHO, EMPENHO E DEDICAÇÃO DEMONSTRADOS EM PROL DA PRÁTICA DESPORTIVA NO NOSSO CONCELHO**, apresentado pelo Partido Social Democrata.-----

--- **A Deputada Municipal Sónia Tomás** disse que apresentar iriam apresentar um voto de congratulação a alguns clubes bem como aos seus atletas e às suas respetivas equipas técnicas pelo trabalho, empenho e dedicação demonstrados em prol da prática desportiva no concelho, passando a enumerar os seguintes clubes e atletas:-----

--- *“O Ginásio Clube de Tavira, pelos resultados obtidos no Torneio Internacional de Boxe Olímpico - Portimão Box Cup 2023, que decorreu de 26 a 28 de maio, com a conquista de 1*

- medalha de Bronze, 3 medalhas de Prata e 1 medalha de Ouro, conquistada pela atleta Andrea Constantin;-----*
- A Associação Kombatefacil, pelos resultados obtidos na competição Fighters Evolution 3, em Silves, no dia 10 de junho, com a conquista de 2 medalhas de prata pelos atletas Isaac Andorinha e Fábio Medinas e 1 medalha de ouro pelo atleta Lourenço Matos;-----*
- O Clube Recreio e Desporto Santaluziense na modalidade de Futsal pela conquista da Taça do Algarve de Futsal da Associação de Futebol do Algarve – iniciados 2022/23, no passado dia 28 de maio, bem como no atletismo pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Veteranos, que se realizou no passado fim-de-semana;-----*
- O Clube Náutico de Tavira, pelos resultados obtidos no Campeonato de Portugal de Juniores e Absoluto 2023, que decorreu em Cascais nos dias 8 a 11 de junho, onde Beatriz Cintra, atleta do Clube Náutico de Tavira, dupla com Rita Manhá do Clube de Vela do Barreiro, foram campeãs de Portugal Absoluto na classe 420 e 1.ª classificadas feminino e Miguel Sousa e Erica Porto, ambos atletas do Clube Náutico de Tavira, foram Campeões Portugal Juniores mistos na classe 420 e 1.ªs classificados;-----*
- Ria - Aqua Clube Tavira, pelos resultados obtidos no Algarve Open de Masters de Verão e no Campeonato regional de Masters de Verão, que decorreu nos dias 3 e 4 de junho, em Loulé, onde no total conquistaram 19 medalhas no Campeonato Regional e 10 no Algarve Open; -----*
- Os Sonâmbulos Futsal Luzense Associação, pela subida de divisão ao nacional no passado dia 17 de junho, bem como a conquista de campeões regionais 2022/2023, no passado dia 7 de maio da equipa de seniores masculinos;-----*
- Ao atleta José Mártires, que participou no AJP Tour Faro International Jiu-Jitsu Championship 2023, que se realizou no dia 3 de junho, em Faro e conquistou na categoria Men's No-Gi/White/Amateur/77kg a medalha de bronze. -----*
- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 22 de junho de 2023, delibera: ---*
- Aprovar publicamente um Voto de Congratulação aos clubes, atletas envolvidos, bem como aos seus treinadores e dirigentes;-----*
- Enviar o presente Voto de Congratulação aos referidos atletas e Clubes por estas conquistas;-----*
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao executivo da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.-----*
- O Deputado Municipal José Graça** disse que pretendiam felicitar além dos atletas mencionados no voto de congratulação, todos os atletas que tinham sido campeões nacionais



distinguindo-se no desempenho das suas modalidades desportivas quer a nível nacional, quer a nível internacional e também deixar a certeza de uma grande festa do desporto tavirense, graças ao empenho do clubes, dos dirigentes, mas também ao apoio esforçado do município para lhes criar as condições para a prática desportiva e ainda às suas famílias. -----

--- Por outro lado, congratular os magníficos resultados obtidos pelos jovens tavirenses, nas várias fases dos campeonatos regionais do desporto escolar e alguns deles com representação nos campeonatos nacionais. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO A ALGUNS CLUBES, BEM COMO AOS SEUS ATLETAS E ÀS SUAS RESPETIVAS EQUIPAS TÉCNICAS, PELO TRABALHO, EMPENHO E DEDICAÇÃO DEMONSTRADOS EM PROL DA PRÁTICA DESPORTIVA NO NOSSO CONCELHO, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número três.** -----

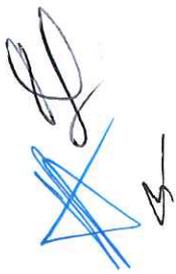
--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que gostaria de fazer uma referência a um conterrâneo, João Farinha Delgado Miquelina, que naquela semana tinha ganho um leão D'Ouro no Cannes Lions International Festival of Creativity na categoria entretenimento Lions for Sport com uma campanha publicitária para a amnistia internacional o qual tinha sido o criativo e o responsável pela conceção da campanha através de uma agência portuguesa Dentsu Creative Portugal. Referiu ser uma honra, um jovem tavirense ter ganho o leão de ouro, num dos maiores festivais de publicidade, por tal facto solicitou que essa referência ficasse registada em ata da Assembleia. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, passando a palavra aos Deputados Municipais que pretendessem usar da palavra. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que gostaria de questionar, dada a pertinência, sobre o plano de mobilidade municipal, considerando que o Cine Teatro se encontrava em fase de acabamentos e posterior inauguração, carecendo ainda de requalificação dos espaços exteriores, que a eletrificação da linha ferroviária já era uma realidade que ocorria com a eletrificação da linha da ferrovia, e pese embora sendo um assunto já abordado em anteriores assembleias, pretendia saber qual o ponto de situação em que o mesmo se encontrava. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os deputados municipais, Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia, o público presente e o que assistia em casa. -----

--- Referiu que, relativamente ao Plano de mobilidade, já existia uma proposta, na sequência de várias reuniões realizadas com os serviços da câmara, tinham sido analisadas propostas de futuros projetos apresentadas pelo município, nomeadamente no Jardim da Alagoa e jardim



da Corredoura, que estava em agendamento uma reunião de dirigentes da Câmara Municipal, para limar umas últimas questões, referindo ainda que tinham sido apresentadas sugestões, dando como exemplo uma nova localização para o Centro Coordenador de Transportes e outras questões que importava decidir sobre as mesmas por forma a chegarem a um acordo.--

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** questionou se estaria pronto em breve.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que sim, importava voltar a reunir, o que já tinha vindo a acontecer com bastante frequência, faltavam as decisões finais para tornar o projeto uma realidade, o prestador de serviços iria apresentar as suas propostas indo também ao encontro dos Planos Plurianuais de Investimentos do executivo, para tentarem apresentar a versão final. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e as suas secretárias, o executivo, os deputados municipais, os presidentes de junta, secretariado de apoio, os munícipes presentes e os que assistiam em casa. -----

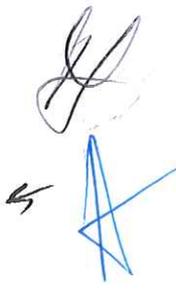
--- Questionou qual o ponto de situação em relação à desagregação das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira e a desagregação das Freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão, um assunto votado em Assembleia. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tinha conhecimento sobre o ponto da situação, que o processo tinha sido enviado para a Assembleia da República, a mesma tinha constituído uma comissão e que se encontrava em análise, certamente que suscitadas dúvidas iriam entrar em contacto com o município, uma vez que tinha sido este a remeter toda a documentação, no entanto até à data não tinha mais informações.-----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa da Assembleia, o secretariado de apoio à sessão, os colegas deputados municipais, o executivo municipal e todos os munícipes que seguiam em casa e presencialmente. -----

--- Questionou a Presidente da Câmara Municipal relativamente à estratégia do município em termos de falta de água, tendo em conta a situação atual, qual a posição do executivo em termos de pressão na área, no sentido de aumentar as disponibilidades e reservas estratégicas, nomeadamente charcas e mais barragens, o aproveitamento de águas pluviais e a reutilização das águas cinzentas, nomeadamente no âmbito da criação ou não de regulamentos para as novas e futuras edificações, loteamentos e ainda o tema da redução das perdas na distribuição, questionando quais as atuações previstas e também em termos de diminuição dos consumos urbanos se estavam previstas algumas ações naquele sentido.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que as medidas do município eram tomadas em articulação com a Taviraverde, no que respeita à redução das perdas, situava-se abaixo de



catorze por cento (14%) mais precisamente doze por cento (12%), ia decorrer uma intervenção, cujo investimento estava contemplado numa candidatura no PRR, contando ainda vir a reduzir mais essas perdas e ficar abaixo dos dez por cento (10%).-----

--- Também com a Tavira verde, estavam a ponderar a possibilidade de fazer uma empreitada na ETAR do Almargem para reaproveitamento das águas para rega do Campo de Golfe de Benamor, prevendo a possibilidade de poder chegar também à Quinta da Ria. -----

--- Referiu igualmente que a Taviraverde já tinha algum trabalho feito relativamente à questão da intrusão salina, estavam também a sinalizar aquelas intervenções no próximo quadro comunitário com vista à obtenção de alguns financiamentos. No caso do reaproveitamento tinham contactado as Águas do Algarve, S.A., que mostraram abertura para construírem as condutas para aquele tipo de rega, após efetuada a intervenção na ETAR. -----

--- Disse ainda estavam a ultimar a telemetria nos espaços verdes, que a Taviraverde já utilizava na parte da rede, sendo um procedimento que se encontrava a decorrer há algum tempo, com equipamentos já adquiridos, no entanto tinham-se deparado com algumas dificuldades pela necessidade de internet e, embora muitos já estivessem instalados, ainda não tinham conseguido instalar em todos os espaços verdes, estando ainda a diminuir as regas nos espaços verdes, que podiam propender a acabar. -----

--- Posteriormente estavam a equacionar e simultaneamente efetuar também uma substituição de espécies nos espaços verdes, tirar algumas e dotar os espaços de outras espécies mais resilientes à falta de água. Referiu também a existência de uma candidatura para o reaproveitamento das águas da piscina municipal e a Taviraverde iria continuar a intensificar as questões de sensibilização à população, sendo certo que na sua opinião havendo água na torneira as pessoas não estavam devidamente sensibilizadas, o que era uma preocupação uma vez que todas as medidas previstas não eram medidas de solução rápida. ---

--- Demonstrou a sua preocupação relativamente à ausência de chuva, porque as reservas estavam mais baixas do que no ano anterior, o que poderia resultar num problema bastante grave dado que as reservas existentes dariam para mais um ano, sensivelmente. O compromisso dos municípios era manter os consumos e não haver aumentos, a Taviraverde tinha um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior, no entanto a intenção era tentar manter pelo menos os consumos do ano passado, em termos de consumo urbano. -----

--- Relativamente às charcas, disse que era um trabalho que já realizavam há muito tempo, com a criação de pontos de água, atualmente existiam mais de sessenta (60) pequenas barragens, referindo ainda que a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAPAlg) tinha contactado a câmara municipal para questionar se a mesma estaria disponível para ficar com a gestão das barragens do Grainho, Mealha e Malhada do Peres, barragens que



atualmente se encontrava sob a sua gestão. Para tal seria necessário efetuar candidaturas de requalificação para recuperar algumas fissuras, algumas perdas e também as condutas que servem os pequenos agricultores, que não se encontram afetos à Associação de Regantes, um trabalho com vista a colmatar um problema preocupante. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** cumprimentou todos e solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal e à Presidente da Câmara Municipal o agendamento de uma Assembleia Municipal de trabalho para a revisão do PDM, tendo em conta da importância singular que aquele documento estratégico é para o município e que se quer o mais apartidário possível, mostrou disponibilidade para construtivamente e em conjunto trabalharem exatamente para aquele documento, cujo prazo de finalização seria até ao final do ano. -----

--- **O Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Dias** cumprimentou a mesa da Assembleia, o executivo, todos os colegas deputados e todos os munícipes. -----

--- Considerando que estavam a debater a questão da problemática da água e da poupança e que todos sabiam que continuavam a ter um problema das redes não concessionadas, questionou qual era a estratégia do executivo para conseguir ir colmatando as situações pontuais espalhadas pela serra. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que já tinha respondido várias vezes ao Presidente da Junta sobre a questão dos furos, no entanto lembrou que o abastecimento de água naqueles pontos, eram competência das freguesias nos termos da legislação em vigor, embora já tivesse sido delegada em tempo dos anteriores executivos, pelo então Presidente Macário Correia, razão pela qual os furos estavam sob a gestão das freguesias e algumas pagavam a eletricidade das bombas. -----

--- Posteriormente com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, essa competência ficou afeta a todas as freguesias, no entanto sabendo que as freguesias vinham acumulando cada vez mais competências, sem que por outro lado tivessem um reforço nas receitas, o município tinha assumido o compromisso de tentarem com o conhecimento e experiência de algumas pessoas que trabalhavam na Taviraverde e que poderiam ter estado no início da execução dos furos, sabendo onde se conceberam as condutas para abastecer nos pequenos aglomerados rurais, poderiam tentar fazer algum trabalho de recuperação, começando nos montes que tinham mais pessoas. -----

--- Relativamente aos montes em que os furos praticamente já não tinham água, era uma questão mais grave, havendo a necessidade de articular com a APA a possibilidade de aprofundá-los, com a devida autorização e posteriormente substituir as condutas que teriam cerca de trinta (30) anos, necessitando sempre do know how da Taviraverde e de alguns



trabalhadores que anteriormente tinham sido da câmara municipal, mas que a determinada altura tinham ido por cedência para a Taviraverde. -----

--- Disse que havia essa disponibilidade, no entanto teria que ser efetuado com o Orçamento Municipal porque possivelmente não haveriam candidaturas naquele âmbito para reforço de rede. Disse ainda que continuavam em diálogo com as Águas do Algarve, S. A., para a ligação da rede a Cachopo através de Martim Longo. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que queria em primeiro lugar dar nota de uma reflexão que tinha sido feita na última Assembleia Intermunicipal sobre a questão da falta de água, que embora mais centrada na situação dos recursos hídricos no Barlavento, tinha sido alargada a toda a região. Uma temática que justificava a máxima atenção, sendo que o Algarve era detentor de um plano regional de eficiência hídrica, já aprovado há algum tempo, feito em boa altura pela Comunidade Intermunicipal do Algarve, permitindo que no âmbito do PRR a região beneficiasse de um investimento de cerca de duzentos milhões de euros (200.000.000,00€) para operacionalizar o que estava previsto no plano regional de eficiência hídrica. Porém e acima de tudo era necessário que todos os agentes no terreno, que faziam a gestão da água nomeadamente a começar pelos responsáveis públicos e pelas entidades que tinham funções delegadas do estado, tivessem para além de uma atenção permanente da temática, também uma grande responsabilidade na gestão dos recursos hídricos, sublinhando com particular agrado que via em todos os agentes no terreno, um elevado sentido de responsabilidade, quer de uma forma proactiva propondo e participando na análise de algumas propostas, que se encontravam já no terreno e que estavam a ser operacionalizadas, quer por parte dos municípios e, no caso do município de Tavira intervindo e aproveitando os fundos disponibilizados para melhorar as redes. -----

--- Referiu ainda que nos últimos meses tinha havido cortes de água com alguma frequência porque era necessário intervir na rede, cortes na via pública porque era necessário fazer intervenções que por vezes eram um pouco mais demoradas, havendo a necessidade de mudar equipamentos, como referido anteriormente, alguns tinham mais de trinta (30) anos e outros mais de quarenta (40), intervenções necessárias a fim de se poder maximizar os recursos disponíveis. -----

--- Felicitou a Junta de Freguesia de Cachopo, pela realização de um fórum sobre a questão dos recursos hídricos na sua freguesia e apelou a que fosse igualmente realizado por outros movimentos da sociedade, não só nos movimentos autárquicos mas também de nível local, sendo um trabalho de sensibilização da população, se o objetivo era não aumentar os consumos, devíamos procurar usá-los melhor e procurar reduzi-los. -----



--- Disse que devíamos ser ambiciosos na questão da água, como referido anteriormente, talvez naquele ano não fosse possível reduzir porque a procura da região ia aumentar em toda a região ao longo dos meses seguintes. Por outro lado, e para terminar deixou uma saudação ao espírito de cooperação existente entre todas as entidades envolvidas no processo, quer a nível autárquico quer a nível empresarial do setor, confirmando que alguns anos atrás haviam lutado para que a água continuasse a ser um domínio do bem público e continuasse a ser gerida por empresas públicas. -----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** referiu-se novamente à questão anteriormente colocada à senhora presidente, salientando que tinha havido no passado um ministro que taxativamente tinha afirmado "*Foupana não*", em conjunto com outras ideias. Disse que a Foupana poderia ter imensas questões em seu redor, no entanto não deixava de ser a possibilidade com mais disponibilidade e isso não significava mais consumo, significava reserva estratégica. Grande parte da Foupana, a ser construída, tinha bacia no concelho de Tavira, assim gostaria de observar da parte do executivo uma ideia mais clara sobre a questão e se o município considerava que Foupana seria ou não uma reserva estratégica. -----

--- Abordou novamente um tema que considerava importante, a reutilização das águas cinzentas, referindo que a Presidente da Câmara Municipal tinha citado a ETAR, o que era uma ótima solução, no entanto face à realidade da seca atual, havia a possibilidade de alterar regulamentos nas novas edificações e nos novos loteamentos, embora nos espaços verdes desses loteamentos, os quais consumiam água, havendo reutilização da água cinzenta, o fornecedor iria perder cota de mercado, no entanto seria de todo o interesse reduzir, passando pela reutilização. -----

--- Disse ainda que considerava que fazia todo o sentido que o município de Tavira desse um sinal claro para que brevemente nos novos loteamentos ou nas novas áreas de expansão, o tema da água e sobretudo das águas cinzentas e as cisternas, fosse um tema importante, tanto mais que brevemente iria haver um novo PDM. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estava desde sempre no grupo que concordava com a Foupana, embora o Ministro Matos Fernandes achasse que a Foupana não era opção, porque não chovia, entre os autarcas da AMAL, o Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim tinha desde sempre feito várias intervenções naquele sentido mas sem resultados. -----

--- Atualmente tinha sido feita uma interpelação junto do novo ministro, o qual tinha mostrado uma abertura diferente, inclusivamente numa Assembleia Geral das Águas do Algarve, os autarcas tinham-se manifestado no sentido das Águas do Algarve iniciarem alguns estudos para que a barragem pudesse ser uma realidade e embora estivessem a pressionar,



seria sempre um processo algo demorado, uma vez que o mesmo carecia de avaliações de impacto ambiental. -----

--- Relativamente à questão dos loteamentos, referiu que a (CCDR) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, não previa áreas de expansão no novo PDM, ou era rústico ou urbano, no entanto nos novos loteamentos já estavam a dar indicações relativamente às espécies que deveriam ser usadas nos espaços verdes e eventualmente introduzir algumas medidas no (RMUE) Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -

--- Disse ainda que considerava que todas as medidas relativas à redução da água, deviam ser emitidas pelo governo, porque os presidentes e funcionários não eram todos iguais e assistia-se a Câmaras Municipais a reduzir as regas nos espaços verdes, como em Tavira, no entanto havia outros municípios onde aconteciam imensos desperdícios de água.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que havia precisamente um ano que haviam estado na Assembleia Municipal, no mesmo espaço, contando com a presença de um munícipe de Cabanas, que tinha vindo questionar sobre o acesso pedonal à praia de Cabanas, ao qual a Presidente da Câmara Municipal tinha respondido que o município se encontrava a realizar todos os esforços possíveis para tornar viável o passadiço de acesso pedonal à praia de Cabanas. -----

--- Posteriormente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tinha demonstrado abertura para que tal pudesse acontecer e estando em revisão o PDM e o PROT, questionou a presidente, relativamente aos esforços levados a cabo pelo município, passado um ano, quanto ao acesso pedonal à praia de Cabanas.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a APA não tinha demonstrado abertura, mas sim interdição, a abertura tinha partido do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, quanto aos dois pareceres que a Câmara Municipal tinha solicitado.-----

--- Relativamente à APA, continuavam a afirmar que a pretensão seria possível apenas com a passagem do Plano de Ordenamento de Orla Costeira (POOC) a programa, atualmente estariam a fazer a revisão entre Vila do Bispo a Vilamoura e posteriormente é que passariam para o sotavento.-----

--- Disse ainda que tinha sido efetuado novo pedido de parecer junto da APA, um tema já questionado pelos vários vereadores do PSD na Câmara Municipal, ao qual aguardavam resposta.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deixou uma informação relativamente aos tempos já usados pelas bancadas do PS e do PSD, referindo que o PSD já tinha usado vinte e dois (22) minutos dos vinte e cinco (25) que possuía e o PS tinha usado treze (13) minutos. -----

--- O **Deputado Municipal João Correia** cumprimentou todos e questionou o ponto de situação relativamente aos procedimentos a realizar para as bolsas de estudo e de mérito no próximo ano.-----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o regulamento de atribuição das bolsas de estudo se encontrava em revisão, à data encontrava-se em consulta pública com um prazo de trinta (30) dias para eventuais considerações e propostas, terminado o prazo e contando que o mesmo fosse presente à assembleia municipal a realizar em setembro, de seguida iriam entrar em fase de abertura do período das candidaturas e possivelmente equacionar tratar simultaneamente os dois anos, uma vez que se tratava da mesma documentação e no sentido de poupar as famílias, ou equacionar atribuir brevemente o ano em atraso e para o ano em curso, abrir candidaturas no primeiro trimestre do próximo seguinte, eventualmente.-----

--- O **Presidente da Junta da Freguesia de Cachopo, Rafael Dias** disse que tinha sido verificada, em setembro do ano anterior, a necessidade de reformulação dos acordos de delegação de competências, visto terem alguns erros deficitários de medição bem como o efeito da inflação, questionou quando teriam os novos documentos disponíveis. -----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tinha da parte de mais nenhum presidente de junta uma manifestação de que os acordos deveriam ser revistos. Disse ainda que os acordos tinham sido revistos em 2021, e como explicado por várias vezes, considerava que os mesmos se encontravam adequados à realidade e àquilo que era possível transferir de acordo com a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, os quais tinham sido revistos ao abrigo dessa legislação, na sua redação atualizada, à data.-----

--- Esclareceu ainda que estavam a ponderar alterar alguns contratos Interadministrativos, os quais saíam fora do âmbito da citada legislação, que suscitadas algumas dúvidas tinham solicitado parecer e obtida a confirmação que efetivamente não se enquadravam naquela legislação, estariam a equacionar alterar e possivelmente em setembro estariam prontos. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** recordou que o PSD já tinha usado 22 minutos e 30 segundos.-----

--- O **Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Dias** referiu-se ao índice de inflação de 2022, mencionado que as contagens de quilómetros de limpeza não estariam corretas na sua freguesia e possivelmente também não estariam nas outras Juntas de Freguesia e que embora não se conseguisse efetuar uma contagem precisa sempre atempada, poderiam sempre melhorar os contratos existentes. -----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que se melhorar era dar mais dinheiro, poderiam sempre fazê-lo desde que houvesse disponibilidade financeira, esclareceu que as medições tinham sido efetuadas através do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e



relembrou a existência de competências que eram próprias das freguesias, referindo que a câmara transferia outras, como a limpeza dos caminhos ou das estradas municipais que estavam referenciadas no cadastro e que não eram muitas. -----

--- Disse ainda que considerava que aquando da atribuição dos valores tinham sido bastantes generosos e não obstante a inflação, os valores já consideravam essa limpeza e que embora os custos fossem mais elevados, não seriam muito mais do que tinha sido considerado. -----

--- Referiu também que os acordos não previam a revisão da inflação, como acontecia nos contratos celebrados com a Taviraverde, recordando que muitas vezes eram utilizadas máquinas do próprio Município, funcionário e combustível do Município para efetuarem a limpeza dos caminhos e no âmbito das boas relações entre todos e para o bem dos munícipes e dos fregueses, colaboravam naquele sentido.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que iria dar início à Ordem do Dia, com a apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e informou o público que estavam encerradas as inscrições para usarem da palavra. -----

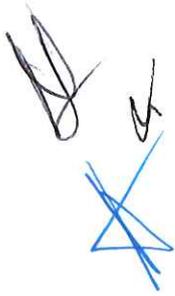
--- **A Presidente da Câmara Municipal** iniciou com palavras de gratidão e endereçando um agradecimento aos voluntários e também aos funcionários do Município, que ao longo dos últimos meses tinham trabalhado nos enfeites dos Santos Populares por forma a tornar a cidade mais bonita, reforçando o respeito que nutria por aquelas pessoas, porque não havia outra forma de as poder compensar, apenas agradecer. -----

--- Referiu as várias exposições patentes, como a exposição “Cores” do Fernando Ricardo no Palácio da Galeria e as exposições permanentes nas quais se incluía a exposição de Balsa, a ser preparada e outras que iam acontecendo nomeadamente na Biblioteca Municipal ou na Igreja da Misericórdia, com a criação de um espaço cultural muito interessante e também “Os dias abertos de Cachopo”, onde tinham recebido feedbacks muito positivos.-----

--- Destacou a cerimónia de entrega dos prémios do concurso do Booktrails, os encontros com autores, destacando a apresentação do livro de Maria José Torres “Profissões em Memórias de Ontem”, e outras comemorações como o dia das Misericórdias, com missa solene, as festas de Santo António, na Atalaia, referindo ainda a realização do programa televisivo “Há festa na aldeia” realizado durante a feira de artesanato, em Cachopo, comemorando em simultânea a candidatura às “Aldeias de Portugal”.-----

--- Informou que se encontrava a decorrer desde 28 de abril, o Festival de Gastronomia do Mar.-----

--- Na área do desporto destacou o aniversário do Grupo Motard Motomanos, a realização do Campeonato Nacional de Futebol de Praia, uma modalidade que ia começando a aparecer e a ganhar alguma importância no Município, também as maratonas de Futsal realizadas pela

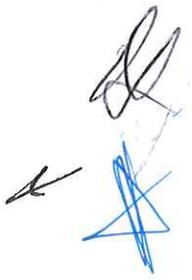


Associação Onda Sólida, Clube Recreio e Desporto Santaluziense e Sonâmbulos Futsal Luzense, referindo ainda a realização do Triatlo Cross pelo Clube de Vela de Tavira, o Torneio Amizade, realizado pela Patinagem Clube de Tavira, o aniversário da Casa do Benfica e o Sarau de Verão realizado pela Associação Gimnochamps de Tavira, o qual tinha envolvido muitas pessoas, incluindo crianças.-----

--- Na área da cultura mencionou o “Viva à Primavera”, referindo que o evento tinha corrido muito bem, as associações culturais cada vez propunham programação mais interessante e com mais qualidade, destacando os vários eventos realizados pelas diversas associações como o Clube de Tavira, a Ria Inquieta e a Casa de Povo de Santo Estevão que tinham apresentado em diversos momentos, concertos de vários géneros musicais, referindo ainda que O Fado com História tinha realizado uma gala da Amália Rodrigues, bem como várias atuações dos coros e ainda o Festival Sérgio Mestre.-----

--- Referiu que o Viva à Primavera era um programa com um investimento de aproximadamente noventa mil euros (90.000,00€) por parte do município para uma programação desde março até junho, realizando-se ainda outras iniciativas como a caracolada à Escuteiro, para angariação de fundos para a deslocação dos escuteiros à Coreia do Sul, o Festival do Caracol em Estiramantens e em Vale Caranguejo. O Dia do Pescador onde habitualmente se homenageavam alguns pescadores das várias Freguesias do Concelho, o Dia da Criança, contando com a presença dos meninos do 1º ciclo e do pré-escolar com várias atividades, agradecendo a todos os clubes da cidade que tinham participado, proporcionando bons momentos às crianças, e aos Bombeiros Municipais que também tinham marcado presença, referindo a tomada de posse em junho do novo Comandante dos Bombeiros, o capitão Hugo Machado.-----

--- Mencionou ainda a visita da Ministra da Coesão Territorial que se tinha deslocado a Tavira e tinha visitado o Cineteatro, o Centro de Meios Aéreos de Cachopo e as obras conservação e restauro do património integrado e móvel da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, que eram projetos financiados, referiu também a visita do Ministro da Administração Interna, que tinha visitado o trabalho realizado no âmbito da Proteção Civil, nomeadamente a criação de faixas de gestão de combustível e limpezas de aglomerados, tentando apostar um pouco mais na prevenção, criando medidas mitigadoras no caso de se verificarem catástrofes, nomeadamente incêndios rurais, trabalhando na prevenção, contando com oito aglomerados de aldeias seguras onde eram feitos os simulacros e também duas candidaturas de condomínio da aldeia, candidaturas que permitiam fazer alterações à paisagem tornando-a mais resiliente e obtendo algum aproveitamento económico. Referiu ainda o hastear da Bandeiras Azul, em várias praias do concelho.-----



--- No âmbito das obras em procedimento destacou a empreitada para Instalação de balneários públicos na Ilha de Tavira, Pavimentações nos Caminhos Municipais na União de Freguesias de Tavira, Alteração dos Balneários de Apoio ao Pavilhão Gimnodesportivo da Escola D. Manuel I, a intervenção numa rua em Santa Margarida, relacionada com pluviais, a substituição de Relvado Sintético do campo do Ginásio Clube de Tavira, deixando uma nota que tinha sido interposta uma impugnação administrativa por um concorrente, na fase de audiência de interessados, entre o relatório preliminar e o relatório final e posteriormente uma impugnação judicial apresentada junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, que o município já tinha respondido à citação recebida do tribunal aguardando pronuncia.-----

--- Ainda nas obras em procedimento destacou a Requalificação da Zona envolvente ao polidesportivo da Conceição, o Centro de Meios Aéreos de Cachopo a decorrer a bom ritmo, o fornecimento e colocação de placas de toponímia e ainda a Requalificação das Frentes Ribeirinhas – Rua do Cais, que se encontrava suspensa dado a impossibilidade de intervir nos meses de verão.-----

--- Referiu ainda a intervenção no lago do Jardim do Coreto e a ultimar também as empreitadas de conservação em edifícios de habitação social nomeadamente no Bairro Jara, o restauro da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, a intervenção no Mercado da Ribeira, a qual tinha uma questão a resolver relacionada com a platibanda, a requalificação do Cineteatro e ainda a Requalificação da Escola EB1 e Pré-Escolar de Santo Estevão. -----

--- Terminou deixando um convite para assistirem ao fogo-de-artifício do dia seguinte. -----

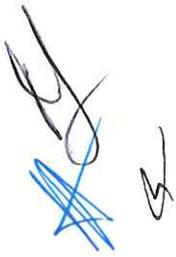
--- **O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar-se início à Ordem do Dia, apresentando o ponto número um, referente à PROPOSTA N.º 164/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE;** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal referiu que era uma competência da Assembleia Municipal, a aprovação dos júris para os procedimentos para provimento de cargos dirigentes.**

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 164/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE, que foi aprovada por unanimidade.**-----

-- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois referente à PROPOSTA N.º 178/ 2023/CM - PRÉDIOS RÚSTICOS NA ENVOLVENTE DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL;** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal referiu que por várias vezes já tinha sido mencionada a importância do Centro de Meios Aéreos de Cachopo, nomeadamente a relevância do equipamento no âmbito dos incêndios e da proteção e do socorro e também como**



anteriormente referido, com o heliporto o helicóptero chegará mais rápido a Cachopo, do que qualquer ambulância. -----

--- Esclareceu que, no ano em curso, o meio de reforço do helicóptero tinha estado sediado em São Brás de Alportel, no entanto estavam a envidar todos os esforços junto do empreiteiro para que a pista fosse terminada com a maior brevidade possível, para que o helicóptero pudesse ficar em Cachopo. -----

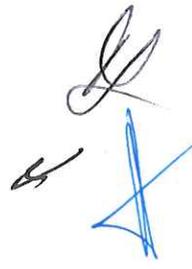
--- Disse ainda que existiam alguns terrenos que não eram propriedade do município, estando em causa a questão dos corredores de aproximação que tinham sido sinalizados pela Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC), existindo ainda a possibilidade de no futuro se vir a construir um hangar para a proteção do helicóptero, para que o mesmo se pudesse manter em Cachopo todo o ano. De conformidade com a informação prestada pelos serviços e perante a impossibilidade de se poder construir à volta dos terrenos, por força de serem corredores da aproximação e apenas para este uso restrito, deverão os mesmos ser bens do domínio público.

--- Disse que tinham negociado com os proprietários, agradecendo a colaboração do Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, que tinha ajudado na identificação dos mesmos, embora existisse ainda um proprietário que não tinham conseguido identificar, no entanto estavam disponíveis para negociar, quando possível. Disse que tinha sido um processo algo demorado dado tratar-se de muitas heranças, por vezes as pessoas não eram portadoras de toda a documentação necessária, nomeadamente registos na Conservatória do Registo Predial, sendo necessário os proprietários efetuarem os ditos registos.-----

--- Tinham sido efetuadas propostas junto dos proprietários, os quais já tinham manifestado a sua concordância e após a obtenção de toda a documentação necessária iriam prosseguir para a realização das escrituras, nas quais deveria constar que os bens se destinavam ao domínio público Municipal, seguindo toda a documentação para o Notário, por forma a poderem efetuar a contratação da prestação de serviços, referindo que a competência sobre a atribuição do domínio público é da Assembleia Municipal. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que usualmente uma afetação de domínio público, já previa a existência de um contrato, pressupondo já terem sido adquiridos os terrenos em questão, uma vez que era entendimento que numa afetação ao domínio público primeiro teria que passar pelo domínio privado do município, questionando a senhora presidente se tinha havido uma doação, se os terrenos tinham sido adquiridos, qual o valor, e se ainda faltavam adquirir terrenos, dada que essa informação não tinha sido facultada.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que iam avançar para a realização das escrituras, com base num acordo verbal realizado com os proprietários e que a metodologia adotada tinha sido a que em articulação com os serviços municipais achavam ser a melhor.



Mais referiu ser de opinião que não era necessário passar pelo domínio privado, os terrenos tinham um destino, público ou privado, sendo do domínio privado nem precisaria de ser presente à Assembleia Municipal. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que na documentação facultada não existia qualquer informação da técnica superior sobre o enquadramento jurídico e legal referente à afetação para o domínio público, voltando a afirmar serem da opinião que previamente ao processo de afetação deveria existir primeiro uma escritura de aquisição do terreno. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que não queria pensar que a bancada do PSD e o PSD pensavam de forma diferente, e que não consideravam o Centro de Meios Aéreos de Cachopo um equipamento essencial no combate a incêndios, dado as permanentes questões levantadas ficando com a impressão se havia má vontade com o Centro de Meios Aéreos de Cachopo, referindo que considerava já ter prestado todos os esclarecimentos solicitados. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** respondeu que enquanto membros da bancada da Assembleia Municipal, consideravam o Centro de Meios Aéreos de Cachopo como um investimento de extrema importância e já o tinham referido, no entanto desde o início que o processo tinha sofrido vários problemas que ainda se vinham arrastando. No caso em concreto voltou a referir que não dispunham de informação técnica que demonstrasse que o procedimento estava enquadrado juridicamente e legalmente como correto e enquanto deputados municipais tinham o dever de fiscalizar e manifestar a sua opinião, dado ser esta a forma como funciona a democracia. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 178/ 2023/CM - PRÉDIOS RÚSTICOS NA ENVOLVENTE DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL**, que foi aprovada por maioria com dezassete (17) votos a favor dos deputados municipais José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Rafael Dias e Anaisa Gonçalves e dez (10) abstenções dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Rita Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes e Ana Baioa. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três referente à PROPOSTA N.º 182/ 2023/CM - CONTAS CONSOLIDADAS DE 2022;**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse tratar-se de um documento técnico relacionado com a consolidação das contas do município e com as empresas pertencentes ao grupo, nomeadamente a Taviraverde, a EMPET e a Associação da Baixa de Tavira, nas quais a Câmara



tinha algum poder de gestão ou de indicar membros para integrar o Conselho de Administração ou Presidentes da Assembleia Geral, o que era considerado ter influência dominante, participando em mais entidades, as quais não eram relevantes para a consolidação de contas, explicando que a consolidação era sobretudo contabilística, existindo vários métodos e o utilizado pela Município era o da consolidação integral em que eram transpostas as demonstrações financeiras de todas elas, expurgadas das relações entre elas, na EMPET não havia relações, no entanto com a Taviraverde existiam, a exemplo, os contratos programa de fornecimento de água.-----

--- Deixou duas notas referentes ao grupo municipal, dizendo que relativamente à UAC e à Taviraverde não existiam problemas, quanto à EMPET, era do conhecimento de todos o problema existente com o liquidatário, com o qual continuavam a não chegar à fala e nesse sentido tinham efetuado diligências, nomeadamente indagando junto de outros autarcas com a dissolução de empresas municipais, referindo a existência de um parecer que mencionava que apenas a Assembleia Geral da empresa, poderia substituir o liquidatário, o que não era aplicável à EMPET.-----

--- Disse que tinha sido solicitado um parecer jurídico junto da Divisão Jurídica, uma vez que o liquidatário tinha sido designado pela Assembleia Municipal, após inúmeras tentativas e sem conseguirem chegar à fala com o liquidatário, tinha tomado a liberdade de dar indicações para a abertura de toda a correspondência que existia no Level Up, referente à EMPET, contactado o contabilista de empresa, o qual iria enviar informação contabilística, juntando a informação que detinha com a informação que lhe iria chegar pelo município.-----

--- Uma situação que tinha ocorrido havia cerca de três semanas, à data o funcionário que se ocupava da empresa encontrava-se de férias, aguardando pela citada informação e ainda outra a recolher através do Portal das Finanças, com base numa autorização que o município não tinha, apenas o gabinete de contabilidade.-----

--- Presentemente o município estava a tentar encontrar um liquidatário, numa empresa que não tinha dinheiro seria difícil, uma vez que normalmente os liquidatários auferiam uma remuneração, assim iam tentar encontrar um voluntário ou um voluntário à força para resolverem a questão da EMPET, que contava ser presente à Assembleia a decorrer no mês de setembro ou tão depressa tivessem as contas e também iam entrar em contacto com o Revisor Oficial de Contas, por forma a delinearem em conjunto, a estratégia para até ao final do ano encontrar uma solução para a EMPET.-----

--- Obviamente que o facto das contas consolidadas não terem a EMPET refletida era sempre um constrangimento e uma preocupação constante, e era sempre feita uma reserva pelos Revisores Oficiais de Contas-----

--- Referiu que o ativo do grupo era de duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e quarenta e três mil e vinte e três euros (232.343.023,00€), com um resultado líquido do exercício positivo, no valor de seis milhões, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e sete euros (6.692.207,00€), uma dívida consolidada no grupo que totalizava vinte milhões duzentos e sessenta e um mil, novecentos e dois euros (20.261.902,00€), sendo que desse valor, nove milhões, duzentos e dezoito mil e dezanove euros (9.218.019,00€) eram dívida de curto prazo e os restantes, dívida de médio e longo prazo. Do valor da dívida de médio e longo prazo, cerca de sete milhões, novecentos e cinquenta mil euros (7.950.000,00€) eram da Taviraverde e cerca de três milhões e cem mil euros (3.100.000,00€), eram do Município de Tavira.-----

--- Outra questão referida no relatório das contas consolidadas prendia-se com os ativos em curso e da necessidade do Município efetuar a passagem para o imobilizado, um trabalho que estava a ser realizado em conjunto entre a Divisão Financeira e a Divisão de Projetos e Obras Municipais, por forma a tentar reduzir os valores no próximo relatório, embora ainda existissem algumas empreitadas a passarem para o imobilizado, por forma a começar a ter a respetiva amortização, as quais tinham também um efeito contabilístico, mas esperava que se visse refletida numa parcela de aproximadamente trinta milhões tratados e resolvidos.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** solicitou autorização para que, previamente à sua intervenção, pudesse distribuir uma informação relativamente à apreciação do relatório de contas da EMPET, solicitando que ficasse apensa à ata, a ser distribuído a cada grupo municipal, dado que em anteriores intervenções tinham colocado em dúvida os números apresentados e naquele documento os mesmos encontravam-se espelhados.-----

--- Disse que eram de opinião ser completamente impossível falar de contas consolidadas quando de fora ficava a empresa municipal EMPET, uma empresa de grande dimensão e que consequentemente teria forte impacto nos resultados do universo do grupo público municipal, referindo que a falta de apresentação à Assembleia Municipal dos relatórios de contas da EMPET referentes aos anos 2020, 2021 e 2022 eram uma falta grave e inadmissível e uma falta de respeito para com a própria Assembleia e em última instância com todos os munícipes, uma consequência direta das decisões de gestão do principal e agora o único acionista da EMPET ou seja do executivo do Município de Tavira.-----

--- Referiu-se a más decisões e posterior falta de decisão, má decisão quando o Município na qualidade de acionista maioritário decidiu não liquidar a faturação em dívida ao empreiteiro no valor de um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e treze euros (1.427.813,00€), referindo ser esse o primeiro valor que se encontrava sublinhado no documento entregue, optando pela via judicial. Daquela má decisão resultava a condenação da EMPET em cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta euros (5.667.

370,00€), referindo que era o segundo valor sublinhado no documento entregue, ou seja por culpa própria e má avaliação aquela ação tinha como consequência uma perda de quatro milhões, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete euros (4.239.557,00€), uma diferença contabilizada a trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove, logo, agora seria bem maior, referindo ainda que aquele valor era a diferença entre o valor inicial e a condenação, um valor que por decisão e por ação da câmara, o município tinha sido condenado em Tribunal, sendo uma perda totalmente imputável às decisões de gestão do executivo municipal e também de falta decisão quando se continuava a empurrar a resolução do assunto como se tal não constituísse um fato grave, sabendo que não decidir iria agravar cada vez mais a situação, alheando de responsabilidade de terceiros quando têm poder de decisão relativamente a estes assuntos.-----

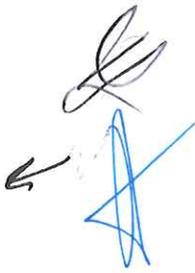
--- Disse que para a EMPET restavam duas soluções ou uma vergonhosa insolvência, da qual a paralisação do executivo era responsável e que num panorama empresarial civil e individual teria consequências jurídicas ou a internalização total que teria um impacto nas contas do município que previsivelmente não andaria longe dos seis milhões de euros que só não podiam precisar o valor porque as contas e relatórios da EMPET ainda não tinham sido apresentadas. -

---Relativamente ao assunto em causa, não podia mais uma vez deixar de recordar textualmente a afirmação do Dr. Jorge Botelho *“vamos empurrando o problema com a barriga”* e tinha sido assim durante muitos anos. Considerava que mencionar que estavam a fazer diligências e que aguardavam parecer jurídico, era insuficiente e no mínimo deveria existir uma breve informação financeira sobre as contas conhecidas da EMPET. -----

---Do exposto e da confirmação das reservas colocadas pelo ROC não podiam validar um documento que enfermava de tão grave vício, e que consideravam que em consciência ninguém o poderia fazer, pois apenas tinham uma consolidação de contas parciais e nesse contexto restava apenas manifestar o voto contra a proposta apresentada.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que como normalmente as intervenções sobre a EMPET eram feitas pelo Deputado Jorge Corvo, gostaria de lhe perguntar se sabia a data de constituição da EMPET, referindo que tentava sempre responder às questões colocadas de forma esclarecedora, e quando fazia apenas uma pergunta também gostaria de obter uma resposta, registando a boa vontade que cada um tinha de responder e de esclarecer.-----

--- Continuou esclarecendo que a EMPET tinha sido criada em 2003, inicialmente era uma Empresa Municipal para gerir um parque industrial, que não estava acabado de construir nem tinha as infraestruturas recebidas, no entanto tinha uma dívida que não podendo precisar, mas que ascendia a mais de dez milhões de euros (10.000.000,00€) e portanto o *“empurrar com a*



*barriga do Dr. Jorge Botelho*” mencionado anteriormente tinha sido diminuir para uma dívida que em dois mil e dezanove (2019) era de dois milhões (2.000.000,00€) de dívidas a fornecedores e contas a pagar. -----

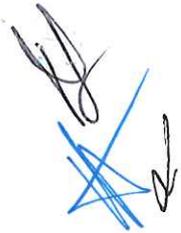
--- Além disso havia também lotes para vender e outras coisas por resolver, voltando a referir que o *“empurrar com a barriga”* tinha feito com que uma dívida que tinha chegado a ser superior a dez milhões (10.000.00,00€), agora se situasse sensivelmente nos três milhões (3.000.000,00€). -----

--- Mencionou que tinham tomado decisões, nomeadamente a decisão de fazer a receção da infraestrutura, a decisão de começar a criar lotes, a decisão de criar o Ativar Tavira por forma a realizar candidaturas ao Programa Operacional do Algarve gerido pela CCDR, receberem dinheiro e dinamizarem, porque sem aquelas decisões não tinham uma única empresa lá instalada, lembrando que os executivos não eram donos das empresas municipais, mas sim as Câmaras Municipais, que por sua vez tinham executivos que podiam mudar a cada mandato, referindo ainda que logo que iniciou funções no município, tinha-se deparado com a questão da EMPET uma vez que tinha a parte de financeira e porque as consolidações de contas não diziam que a dívida era de vinte milhões (20.000.000,00€) porque a câmara tinha cerca trinta milhões, a EMPET tinha dez milhões e a Tavira Verde tinha outros quinze milhões, assim podiam verificar o trabalho realizado nos anos que se seguiram. -----

--- Outra questão que referiu, espelhada no Código das Sociedades Comerciais, relativamente aos liquidatários, o poder de decisão não era da Presidente da Câmara Municipal que representava apenas um acionista que no caso era único porque o outro encontrava-se em insolvência, comparando o poder de decisão com as sociedades anónimas, administradas ou geridas Conselhos de Administração ou Direções. -----

--- Referiu que a EMPET só tinha trazido problemas, no entanto sempre tinha procurado ajudar o Presidente de então e atualmente a resolução dos mesmos era uma dificuldade sua, mencionando ser uma preocupação não ter conhecimento das contas da EMPET, e uma vez que lhe cabia a parte financeira do município, conhecia bem as consequências e era a primeira a querer resolver a questão, voltando a referir que desde o início sempre tinha lidado com as dívidas e os problemas da EMPET. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** contrapôs que parecia que o problema vinha de trás e que não tinha sido constituído atualmente, o que não era na realidade certo, referindo que tinha sido feito um grande esforço, que a EMPET se pagava a ela própria e que a EMPET era viável não fosse a situação atual, continuava a ser viável, mencionando que situação atual provinha de uma decisão do executivo do Município de Tavira que era sócio de 96% e posteriormente tinha ficado com a totalidade com a saída do sócio que detinha os 4% e que



pretendiam focar sempre a situação no executivo anterior e não queriam ver as recentes decisões tomadas. Voltou a referir que a EMPET era viável, havendo soluções para que atualmente tivessem um parque empresarial em pleno, em determinada altura tinha sido proposto e era viável que a câmara adquirisse os lotes como forma de viabilizar a própria EMPET, o próprio Município tinha carências já explicitadas por trabalhadores do município relativamente aos seus armazéns, a utilização do parque industrial seria uma mais valia até para o próprio município, considerando que estavam a perder tempo e a adiar decisões contra as quais não concordavam, referindo ainda o caminho feito nos últimos anos tinha sido no sentido da insolvência de EMPET com o qual não podiam de forma alguma concordar, fazendo o paralelismo com a sociedade civil, em que um sócio, com disponibilidades financeiras estava a levar uma empresa em direção a uma insolvência que, numa sociedade civil e empresarial tinha consequência jurídicas, no município não tinham conhecimento do que poderia acontecer, no entanto nunca estariam do lado da insolvência da EMPET. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** retorquiu que todos conheciam a opinião do Deputado Jorge Corvo sobre a EMPET, referindo que ficava feliz por ele reconhecer que o executivo tinha efetuado alguns esforços e que a competência não era do executivo mas sim do Município, assumindo que tinha entendido as explicações efetuadas.-----

--- Disse que, não obstante a opinião do senhor Deputado Jorge Corvo, quando tinha surgido a opção de se comprar os lotes, tinha sido emitido um parecer jurídico sobre a questão, nomeadamente da Divisão Administrativa da Câmara Municipal, referindo que investir numa empresa onde a câmara tinha que repor dinheiro para se equilibrar financeiramente, nomeadamente comprar os lotes e posteriormente submeter a Visto do Tribunal de Contas, certamente viria recusado, mencionando que anteriormente já tinha ocorrido uma compra similar, as tendas instaladas no Parque de Feiras e Exposições.-----

-- Quis deixar claro que a Câmara teve representantes da EMPET, nunca a pessoa da Presidente da Câmara, e atualmente a ideia que passava era de que a causa da situação da EMPET era da Presidente da Câmara ou do seu executivo, o que não era, uma situação iniciada muito antes, quando se tinha criado uma empresa baseada apenas no financiamento sem uma única fonte de receita, dando o exemplo da criação da Taviraverde, que tinha fonte de receita, situação diferente de criar uma empresa apenas com financiamento bancário. -----

--- Disse que a EMPET tinha nascido com o destino crónico de uma morte anunciada, tinham tentado ao máximo que tivesse o uso para o qual tinha sido criada, ter empresas estabelecidas no parque industrial, com esforço melhor ou pior tinha sido feito. Gostaria de ter lá mais empresas, de não ter o problema com liquidatário, pensando que era uma pessoa competente tecnicamente com responsabilidade e com empenho e revelou-se não ser, no entanto todos



tinham votado, anos atrás para ele ser o liquidatário e ninguém tinha levantado questões sobre a sua idoneidade. -----

--- Quando se tomam decisões no executivo ponderaram-se os prós e os contras, como fazem todos os executivos, voltando a referir que tinha ficado contente por terem reconhecido que tinham sido feitos alguns esforços e esperava que, embora não tivesse iniciado a situação da EMPET, gostava de a terminar e sem consequências graves para ninguém e sobretudo para as contas do município, uma vez que se considerassem relevar a EMPET nas contas do município, estavam, de certo modo a colocar em perigo a qualidade de vida e os investimentos que a câmara poderia realizar, cabendo a quem de direito decidir qual seria o destino da EMPET e à Presidente tomar decisões, propondo aquilo que lhe parecesse na altura o mais indicado, obviamente sempre com o bom senso e pesando os prós e os contras porque é assim que devem decidir os bons políticos, na sua opinião. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** respondeu que primeiramente esclarecia que a opinião não era sua, mas sim da bancada do PSD, e que ao contrário da Presidente da Câmara não tinha personalizado na sua pessoa mas sim no executivo e se alguém pudesse ficar melindrado com o exposto seria uma pessoa que não estava presente, mas que se estivesse dizia-lhe a mesma coisa porque ele sabia a sua opinião, o Dr. Jorge Botelho. -----

--- Disse que relativamente à administração da EMPET nunca tinha colocado quaisquer entraves à sua gestão nem críticas, e considerava que tinham feito uma gestão no sentido de resolver a EMPET, tinham sido as decisões macro a levar no sentido da internalização e quando a mesma tinha sido discutida tinha sido colocada a hipótese de não ser apenas uma internalização do pessoal trabalhador, mas ser mais abrangente com todo o parque industrial e esse iria para o Município e não se colocava o problema da compra e todos os entraves que a Presidente da Câmara tinha elencado. -----

--- Referiu ainda que, quando se referia ao tempo, referia-se não só ao atual executivo, mas como aludido anteriormente, tinha enumerado que desde 2020, 2021 e 2022 que não existiam contas de EMPET, nem uma informação financeira, o que não era má vontade da bancada do PSD. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou todos novamente e principalmente os que seguiam em casa, que por vezes não compreendiam bem algumas questões mais financeiras ou mais numéricas, que exigiam outras explicações. -----

--- Disse que a questão colocada pela Presidente da Câmara, estava claramente explicitada no anuário financeiro das autarquias locais do ano 2010, em que infelizmente o grupo municipal de Tavira composto na altura praticamente pelo mesmo conjunto de entidades que atualmente o integravam, tinha apresentado no final do ano de 2009, perto de cinquenta



milhões de euros (50.000.000,00€) de passivo financeiro em termos de dívidas globais, desse valor, vinte e nove milhões e setecentos mil euros (29.700.000,00€) pertenciam ao Município e os restantes pertenciam às empresas municipais, convidando todos os que assistiam em casa e presentes na sala para consultarem o anuário financeiro de 2021, em que o município de Tavira voltava a ocupar um honroso quinto lugar nos municípios de média dimensão comprovando mais uma vez através de uma entidade independente a boa gestão dos fundos públicos colocados à disposição do executivo municipal. -----

--- Considerava que aquele conjunto de dados, anunciados uma semana antes e que expressavam a situação financeira do Município de Tavira, que deviam servir para refletir e ao mesmo tempo manifestar satisfação e orgulho pela forma como eram obtidos. De facto, o Município de Tavira ao longo dos últimos anos tinha vindo a melhorar de forma progressiva e sustentada a sua situação financeira, a independência financeira e os níveis de liquidez à sua disposição. Com aquela gestão financeira era possível ao município concorrer aos fundos Europeus tendo capacidade para suportar a contrapartida nacional mas ao mesmo tempo apoiar as suas freguesias, apoiar o tecido social, os clubes e associações do concelho de Tavira. Era naqueles termos que devia ser exigida responsabilidade na gestão dos fundos, embora todos estivessem preocupados com a situação que a Presidente tinha apresentado de uma forma clara, límpida e transparente sobre as contas municipais mas de facto desde a primeira hora tinha sido o executivo municipal que tinha procurado trazer para a assembleia a situação e mantido todos os membros da Assembleia a par daquilo que ia fazendo e do trabalho que se ia procurando realizar. De facto, havia surpresas mas em termos globais não podiam deixar de lembrar aquilo que era visto e analisado por uma entidade independente como a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, mas também por entidades académicas que acompanhavam passo a passo, ano a ano as entidades municipais e no panorama global financeiro a nível nacional, deixando uma palavra de confiança mas também felicitações ao executivo pelos resultados obtidos em 2022, ali apresentados.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que existia sempre uma tendência em obter como resposta o que tinha vindo de 2009, como anteriormente tinha acontecido, recordando desse período, que as dívidas transitadas diziam respeito a habitação social, infraestruturas desportivas, infraestruturas sociais, infraestruturas municipais, a biblioteca onde se encontravam, um conjunto de equipamentos e que atualmente não era mantida a mesma dinâmica, porque naquela altura os municípios tinham dívidas de uma forma geral, não era apenas o município Tavira, e não tinha sido o único a recuperar, referindo ainda que o Município de Tavira tinha recuperado ao mesmo ritmo que a maior parte dos municípios, embora tenha começado a recuperar mais rapidamente porque deixou de investir, não



investiu em habitação social nem em infraestruturas desportivas e atualmente encontrava-se sem habitação, sem desporto, sem infraestruturas desportivas, sem um campo de futebol para uma equipa poder treinar em Tavira, numa situação completamente parados no tempo e era natural que se não houvesse investimento recuperassem economicamente. -----

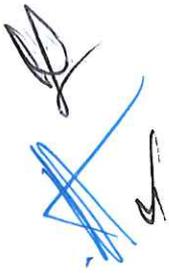
--- Depois se de facto havia dívida ela era exequível e era possível pagá-la com os próprios recursos da câmara, porque durante aqueles anos todos o Município só precisou de recorrer a um empréstimo e foi devolvê-lo porque lhes causava alguns condicionantes, assim não tinha sido a causar constrangimentos à câmara, mas sim a situação em que o PS tinha deixado todo o país. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** perguntou se em Tavira não acontecia nada, não se gastava nada, recuperou-se o pavilhão, rondando os dois milhões de euros, recuperou-se as Piscinas Municipais, quase no valor de umas novas, mais dois milhões de euros, a habitação social, mais um milhão, afirmando a necessidade de se fazerem manutenções, não se podia fazer só obra nova, embora o novo é que desse voto. Continuou expondo que as coisas têm que ter condições, se existe habitação social, tem que ter condições e bastava caminhar pelos Bairros Sociais da cidade e quem não conhecesse diria que eram novos, a recuperação da piscina municipal tinha ascendido ao valor de uma nova, foram realizadas várias pavimentações de estradas, referindo ainda o valor despendido no Centro de Meios Aéreos de Cachopo, mas que era uma obra que não dava visibilidade. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 182/ 2023/CM - CONTAS CONSOLIDADAS DE 2022, que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira e Carla Martins, onze (11) votos contra dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Rita Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes, Ana Baioa e Rafael Dias e uma (1) abstenção da deputada municipal Anaisa Gonçalves, tendo o Partido Social Democrata apresentado declaração de voto, que se anexa a esta ata, como documento número quatro. -----**

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro referente à PROPOSTA N.º 183/ 2023/CM - APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE TAVIRA | PMIM; -----**

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que como era do conhecimento geral, existia atualmente um número de população estrangeira a residir no concelho bastante significativa, mais de vinte e seis (26%) da população, em que muitos eram trabalhadores outros apenas se



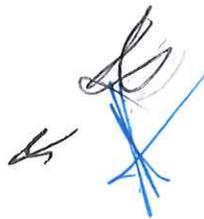
fixavam para residir, no entanto e muito por força da pandemia da Covid-19, vinham notando nomeadamente na Luz de Tavira, a proliferação de trabalhadores, sobretudo das comunidades asiáticas e nesse sentido, queriam tentar criar alguns mecanismos que permitissem acolhê-los e integrá-los. Simultaneamente tinham dinamizado em conjunto com a Fundação Irene Rolo (FIR) e com um financiamento do Ministério da Administração Interna, o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), alguns eventos, potenciando o trabalho com essas comunidades migrantes, os quais já tinham criado uma associação, realizando vários eventos, até interculturais, com partilhas de refeições, músicas e danças, entre outras. -----

--- Nesse sentido contrataram uma equipa, a qual tinha efetuado um diagnóstico, muito bem explanado, o qual propunha cinco objetivos estratégicos, nomeadamente, a incidir sobre a governança e a capacitação, prevendo a possibilidade de colaborar com as entidades locais, mas também nacionais, por forma a trabalhar diversas temáticas, principalmente com o Alto Comissariado, tais como as questões da habitação, dado que algumas daquelas pessoas não viviam nas melhores condições, a saúde e o bem-estar, também possibilitando melhores condições de acesso à saúde, referindo ainda que vinham trabalhando com a questão das vacinações, dado que habitualmente as comunidades asiáticas eram detentoras de um programa de vacinação muito menor que o nosso. -----

--- Referiu ainda as questões da cultura, da cidadania, da participação, da língua e da educação, dinamizando também os cursos de português lecionados pela Fundação Irene Rolo (FIR). Explicou ainda que o plano apresentado era a base, para que posteriormente o município pudesse estipular algumas ações, no sentido de poderem continuar a trabalhar com as mencionadas comunidades e embora no município já existisse uma ideia de algumas problemáticas, com o referido diagnóstico tinham ficado com mais certezas quanto aos eixos prioritários onde deviam intervir. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que viam com muito agrado a criação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes em Tavira e considerando que assentava entre outros eixos, na habitação, na saúde e bem-estar, consideravam de extrema importância, não só a fiscalização como a monitorização às condições de habitabilidade de grande parte dos mencionados migrantes, como também quanto aos cuidados de saúde e bem-estar, para que eles tivessem condições dignas de serem recebidos e acolhidos da mesma forma como os portugueses no estrangeiro gostariam de ser acolhidos. -----

--- Alertou para a importância da monitorização, de forma a saberem quantos se encontravam atualmente no concelho, questionando se havia conhecimento de quantos migrantes haviam e onde existia a maior concentração de nepaleses ou indianos, dado que eram aqueles que



viviam em piores condições, referindo ainda a importância da questão, no sentido poder dar uma melhor resposta e mais rápida em termos de saúde pública e de emergência. -----

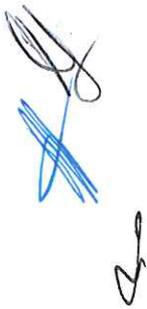
--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que existia alguma informação, proveniente daqueles que deslocavam ao centro local de apoio ao imigrante, os quais eram registados numa tentativa de poder fazer um acompanhamento e tentar ajudá-los a solucionar as questões colocadas. Claramente não tinham, ao dia, informação do número de pessoas existente, referindo que por vezes o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) fornecia algumas informações, sempre em números e nunca com dados sensíveis, nomeadamente nomes ou moradas, possibilitando apenas saber quantos existiam em número de comunidades.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que era precisamente nesse sentido que consideravam que devia haver uma monitorização de forma a tentar perceber ao certo quantos existiam, dando o exemplo das explorações agrícolas na Luz de Tavira. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** clarificou que as informações entre as várias entidades da administração pública não circulavam com muita prontidão, dado que o Instituto da Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira tinham os seus próprios dados, sendo que nem todos disponibilizavam mutuamente dados para consulta e com a entrada em vigor do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), tinha-se tornado ainda mais difícil, embora muitas vezes alegassem a questão da colaboração entre as entidades públicas, na realidade isso não acontecia, reforçando ainda que com a Covid-19 a situação ainda se tinha tornado mais difícil e que possivelmente, à data, não haveria essa informação em todo o país.-

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** reforçou que pretendia alertar, caso ocorresse uma fiscalização ou uma monitorização, pelas entidades competentes, por forma a perceberem onde se concentravam e as condições da habitabilidade, para evitar notícias menos boas sobre o município de Tavira, como tinha acontecido noutra concelho onde se tinha verificado uma habitação social, onde se encontravam a viver cerca de duzentas (200) pessoas com a mesma morada.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que, uma vez que aquelas pessoas se encontravam inscritas junto dos serviços da segurança social e das finanças, aquelas entidades tinham acesso aquela informação primeiro do que o município. Efetivamente em termos de fiscalização poderiam atuar de forma preventiva, em estabelecimentos ou se houvesse informação de que estariam a residir por exemplo num armazém, dado que desta forma não existiria licença de utilização para habitação. Diferente seria numa casa onde poderiam habitar vinte (20) ou trinta (30) pessoas, no entanto não seria possível entrar sem autorização. -----



--- **A Deputada Municipal Natércia Joaquim** reforçando as palavras da deputada Ana Rita Pacheco, felicitou pela elaboração do relatório, referindo que considerava que o mesmo estava bastante completo, fazendo um bom retrato daquilo que era a situação, tendo em conta a informação disponível e disse que gostaria de ler três linhas, na página 28 do relatório que dizia o seguinte *“embora não exista nenhum levantamento sistemático das situações de habitação indigna, nomeadamente população estrangeira, a maioria dos interlocutores confirma a sua existência principalmente nas zonas de maior concentração de migrantes dedicados ao setor agrícola”*.-----

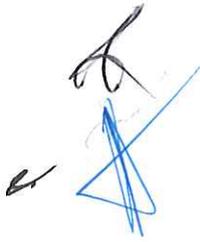
--- Mencionou também que o referido relatório fazia referência a inúmeras situações de vinte (20) ou trinta (30) pessoas a residirem no mesmo quarto, em garagens ou armazéns, demonstrando que existe uma noção concreta da realidade, que as pessoas tinham facultado aquela informação, apelando para que, dentro daquilo que era o plano, dentro daquilo que a câmara podia efetivamente fazer, estar atento, principalmente nas situações que estavam identificadas, embora muitas pudessem escapar, mas nas situações já identificadas, considerava de extrema importância, estarem um pouco mais atentos. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estavam atentos, no entanto muitas vezes não tinham competência para entrar nalgumas casas, dado que não eram forças de segurança e que ainda assim estas necessitavam de obter um mandato, dando como exemplo um problema sucedido com a veterinária municipal, que não tendo um mandato e embora houvessem várias queixas de saúde pública, não tinha sido possível entrar no local. -----

--- Referiu ainda que as medidas a tomar deveriam ser mais consertadas, com a implementação de regras através da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), mencionado que anos atrás em situações idênticas, em tempos de construção civil massiva de muitos equipamentos públicos, existiam muitos trabalhadores migrantes sobretudo vindos de África, os quais viviam nos estaleiros perto das obras e faziam-se muitas ações entre a segurança social, as finanças e a ACT. -----

--- No caso dos trabalhadores agrícolas não existe legislação aplicável, estão temporariamente nas explorações agrícolas, por sua vez as explorações agrícolas por força dos instrumentos de gestão territorial só podem ter apoios agrícolas não podem ter alojamentos de precários, logo acabam por se instalar nos sítios onde os empregadores conseguem arranjar alojamento. -----

--- Assim, desta forma, para além de poderem efetivamente intervir em casos de habitação sem licença de habitabilidade, coloca-se a questão da parte do município não ter habitação disponível para os realojar, dado que o município dispõe de algumas condições, também precárias, para as questões dos sem abrigos, mas não para trinta (30) pessoas, sendo até que algumas das referidas vagas também já estavam ocupadas, referindo ainda que o facto de não



haver uma solução melhor também era inibidor de poderem atuar e tentar apoiar socialmente aquelas pessoas, no tentando dar-lhes habitações dignas, era um grande problema, não só para os migrantes, infelizmente. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 183/ 2023/CM - APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE TAVIRA [PMIM, que foi aprovada por unanimidade.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco referente à PROPOSTA N.º 184/ 2023/CM - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS DE MÉRITO E DE BONS SERVIÇOS E DEDICAÇÃO; -----

--- A Presidente da Câmara Municipal propôs a atribuição de **Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata:**-----

-- **Humberto de Jesus Lopes Puga**, um conhecido empresário da cidade de Tavira, foi vereador, dirigente associativo, assumindo vários cargos nas freguesias.-----

--- **Vítor Manuel Nascimento Palmeira** sobejamente conhecido médico de família, deputado, vereador. -----

-- **Associação Álvaro de Campos**, uma associação bastante conhecida, a qual dinamizava a figura do Álvaro de Campos, que o poeta fez nascer em Tavira, o engenheiro Tavira. -----

--- Atribuição **Medalha Municipal de Mérito - Grau Cobre:** -----

--- **André Constant Josef Viane - Título póstumo** - esteve largo anos à frente do cineclube, sendo também dinamizador das mostras de cinema ao ar livre junto dos monumentos e nos imóveis históricos, nomeadamente sessões de cinema no Convento da Graça. -----

--- **César Miguel Fernandes da Palma** foi ciclista e atualmente dirigente do Clube de ciclismo de Tavira. -----

--- **Eduardo José Pacheco Mendonça** também, residente na Luz Tavira, dirigente associativo. Também já teve em várias IPSS, no desporto em situações de carácter desportivo.-----

--- **Eldrico da Costa Silva Pereira** empresário no ramo da construção civil.-----

--- **Maria Isabel da Costa Andrade Lopes** professora e também uma mulher dedicada à causa social ao Rotary Clube Tavira, trabalhando nos últimos anos com os grupos mais jovens do Rotaryi, o Interact Clube e o Roteract. -----

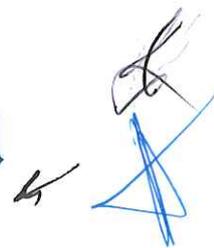
--- **Maria da Conceição Nascimento Guiomar José** também professora e com muita ligação à parte social, foi presidente das Vicentinas durante muitos anos.-----

--- **Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso** foi deputada municipal e uma acérrima defensora da Freguesia de Santo Estêvão.-----

--- Propôs ainda a atribuição de **Medalhas Municipais de Mérito - Grau Cobre**, no âmbito do cicloturismo, às seguintes entidades: -----



--- Centro Cultural e Desportivo União Ciclismo Tavirense. -----  
--- Clube Bike Team. -----  
--- Núcleo de Cicloturismo da Luz Tavira. -----  
--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que tinham sido distribuídos os boletins de voto, procedendo-se à votação através de escrutínio secreto para a distinção de cidadãos e associações de reconhecido mérito, nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, comunicando o resultado das votações: -----  
--- **Medalhas Municipais de Mérito - Grau Prata:** -----  
--- Humberto de Jesus Lopes Puga – vinte e seis votos a favor e uma abstenção;-----  
--- Vítor Manuel Nascimento Palmeira - vinte e seis votos a favor e uma abstenção;-----  
--- Associação Casa Álvaro de Campos – vinte e sete votos a favor; -----  
--- **Grau Cobre** - André Constant Josef Viana – Título póstumo – vinte e seis votos a favor e uma abstenção; -----  
--- César Miguel Fernandes da Palma – vinte e cinco votos a favor e duas abstenções; -----  
--- Eduardo José Pacheco Mendonça - vinte e cinco votos a favor e duas abstenções; -----  
--- Eldrico da Costa Silva Pereira - vinte e cinco votos a favor e duas abstenções; -----  
--- Maria Isabel da Costa Andrade Lopes - vinte e seis votos a favor e uma abstenção; -----  
--- Maria da Conceição Nascimento Guiomar José - vinte e cinco votos a favor e duas abstenções; -----  
--- Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso - vinte e seis votos a favor e uma abstenção;-  
--- Centro Cultural e Desportivo União Ciclismo Tavirense - vinte e seis votos a favor e uma abstenção;-----  
--- Clube Bike Team Tavira - vinte e cinco votos a favor e duas abstenções;-----  
--- Núcleo de Cicloturismo da Luz de Tavira - vinte e seis votos a favor e uma abstenção; -----  
--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número seis referente à PROPOSTA N.º 188/ 2023/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAVIRA - FESTAS DE VERÃO 2023.**-----  
--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse tratar-se do habitual apoio anual às freguesias para as festas de verão, uma matéria que tinha que ser presente à Assembleia Municipal, referindo que ano em curso tinham tido todos um pequeno aumento, a rondar quinze por cento (15%) à exceção da freguesia de Cachopo que tinha tido um aumento de cinquenta por cento (50%), porquanto era também a freguesia que menos recebia, assim tinham tentado dentro do Orçamento Municipal atribuir e continuar a atribuir os apoios, referindo que considerava que as festas eram importantes para manter as nossas tradições e para que os



fregueses também pudessem comemorar, agradecendo às juntas que realmente conferiam uma dinâmica cultural muito interessante durante a época de verão, no concelho de Tavira. ---

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que ia chegar ao fim do mandato correndo o risco de se repetir, no entanto não podia deixar de alertar mais uma vez, para a criação de um Regulamento Municipal de atribuição de apoios a Associações e Juntas de Freguesia.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 188/ 2023/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAVIRA - FESTAS DE VERÃO 2023,** que foi aprovada por maioria com vinte e seis (26) votos a favor dos deputados municipais José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Rafael Dias, Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Rita Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes e Ana Baioa e uma (1) abstenção da deputada municipal Anaisa Gonçalves.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número sete referente à PROPOSTA N.º 189/2023/CM - 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E MAPA ANUAL GLOBAL CONSOLIDADO DE RECRUTAMENTOS AUTORIZADOS.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que haviam pequenas correções a efetuar ao mapa de pessoal, dado que haviam constatado pequenos lapsos, nomeadamente em termos das licenciaturas previstas para efetuar alguns recrutamentos, esclarecendo que em determinadas situações por vezes as licenciaturas poderiam ser um pouco redutoras e dada a dificuldade de recrutamento em determinadas áreas, optaram por alargar o leque, havendo ainda a necessidade de corrigir algumas questões de pessoal que tinha sido previsto para a área da saúde, no entanto era para as escolas, um lapso ocorrido aquando da elaboração do mapa, tornando necessário efetuar alguns acertos, esclarecendo ainda não haver nenhum reforço de pessoal relativamente ao anterior, são apenas pequenas correções e também a possibilidade de recrutar algumas pessoas por mobilidade. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 189/2023/CM - 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E MAPA ANUAL GLOBAL CONSOLIDADO DE RECRUTAMENTOS AUTORIZADOS,** que foi aprovada por unanimidade. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito referente à PROPOSTA N.º 191/2023/CM - CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE TAVIRA E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BAIXA DE TAVIRA - UAC DE TAVIRA.**-----

--- A Presidente da Câmara Municipal pediu desculpa pelo aditamento, no entanto por força da realização da Assembleia Municipal antes do dia da cidade, a reunião da Câmara Municipal tinha sido antecipada, tendo a proposta sido remetida posteriormente ao fecho da ordem do dia. -----

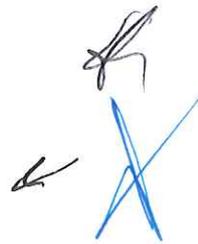
--- Clarificou que dado que os assuntos da Associação da Baixa são competência da Assembleia Municipal, dado que o Município tem posição dominante, conforme anteriormente explicado aquando do ponto das contas consolidadas, referindo que o contrato programa tinha como finalidade levarem a cabo as suas atividades, relacionadas com a dinamização empresarial, um apoio que usualmente se situava no valor de cem mil euros (100.000,00€) e agora era de cento e vinte mil euros (120.000,00€) um acréscimo relacionado com a realização da feira de noivos, já realizada anteriormente e que por força da pandemia tinham deixado de a fazer, pretendendo retomar este ano, dado que na altura tinha tido um impacto interessante e tinha sido muito muito bem recebida, compreendendo ainda outras ações, no entanto o aumento deve-se sobretudo a essa atividade, merecendo um investimento maior por parte da associação, incluindo ainda as despesas adstritas à funcionária e ao guarda noturno. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 191/2023/CM - CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE TAVIRA E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BAIXA DE TAVIRA - UAC DE TAVIRA, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Terminados os pontos em apreciação e votação, o Presidente da Assembleia Municipal disse que passavam ao período de intervenção do público, pelo que iria passar a palavra à munícipe Ângela Maria Lourenço Rosa, recordando que dispunha de três minutos:-----

*Colocou a seguinte questão:*-----

--- Cumprimentou a todos, disse que tinha sido incumbida de falar em nome da PROBAAL - Associação Pró Barrocal Algarvio, com a finalidade de apelar à participação na consulta pública da Central Fotovoltaica de Estoí, referindo a existência na página da entidade de uma minuta disponível e que seria importante que na assembleia se pudesse debater o assunto, uma vez que a consulta pública estava aberta até 15 de julho, considerando que seria importante haver uma participação da autarquia, julgava inclusive que seria obrigatório, mas também questionar se a assembleia estaria interessada em propor uma moção de rejeição à localização da central fotovoltaica, prevista para a zona do Cerro de Leiria, Peral e Pereiro, uma zona que em grande parte era reserva ecológica nacional REN, compondo o aquífero Peral-Moncarapacho, numa larga percentagem de área de máxima infiltração e recarga do aquífero. -----



--- Referiu outro aspeto, a biodiversidade daquela área, explicando que a vegetação também seria responsável, para além da constituição rochosa, pelo aumento da capacidade de retenção da água naquele aquífero.-----

--- Nesse sentido vinha apelar junto da Assembleia Municipal, incluindo todos os deputados e a Presidente da Câmara Municipal, interrogando se haveria vontade de eventualmente propor uma moção de rejeição à localização da instalação da central, pelo menos que não fosse naquelas áreas tão sensíveis.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** - referiu que o pedido tinha ficado registado e posteriormente poderiam decidir apresentar uma moção, depois de conhecerem a definição da localização.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** complementou informando que a Câmara Municipal iria realizar a sua pronúncia, estando a mesma a ser preparada, referindo também que a PROBAAL - Associação Pró Barrocal Algarvio, tinha pedido uma reunião, a qual já se encontrava agendada, onde estaria presente a senhora e representantes do Urbanismo e do Ambiente da Câmara Municipal, iriam reunir e preparar também as considerações que seriam também da localização, da dimensão, das questões da preservação da paisagem e as questões ambientais que também mereciam muita preocupação.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que enquanto aguardavam a ata para que a pudessem colocar à votação, deixava um agradecimento ao secretariado de apoio que acompanhava e preparava a Assembleia, não apenas na realização, existindo previamente um trabalho de preparação, o qual tinha algum peso e muita responsabilidade, agradecendo pelo empenho.-----

--- Agradeceu também aos técnicos de som e de imagem, o qual estava sempre a melhorar, permitindo ao público em casa ver cada vez com melhor qualidade, agradecendo a dedicação e o profissionalismo impostos. Agradeceu ao Luís Gago, responsável pela transmissão através do Facebook e das redes sociais, a todos os deputados municipais, aos funcionários da biblioteca, preparando a sala para com as devidas condições para a realização da sessão.-----

--- Deixou um agradecimento especial ao público presente, agradecendo pela participação, referindo a diferença registada quanto à declaração de prestação de consentimento, autorizando a transmissão e imagens para quem acompanhava à distância.-----

--- Agradeceu a colaboração da mesa, à senhora primeira secretária, e segunda secretária, ao executivo, agradecendo a sua presença, convidando a estarem presentes na comemorações do São João, referindo toda a programação, nomeadamente a encenação da Moura Encantada, fogo-de-artifício e bailes pela noite fora, referindo que todos os deputados municipais estavam convidados, por natureza, a acompanhar toda a atividade do dia da cidade, convidando o

público em geral para o Hastear da Bandeira e para a cerimónia de entrega de medalhas a decorrer na Biblioteca Municipal, uma cerimónia de reconhecimento, inclusive de muitos funcionários que completavam vinte (20) e trinta (30) anos de serviço, o que significava a necessidade de renovar e contratar mais jovens. -----

--- Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Terminou agradecendo a presença de todos, referindo que a Assembleia tinha decorrido normalmente, que todos tinha tido oportunidade de usar da palavra. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas zero horas e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

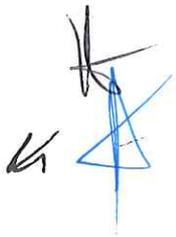
Os Secretários,



(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



(Muriel Cristina Dias Neto)



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

### **Voto de Pesar**

#### **José Fernandes Estevens**

José Fernandes Estevens nasceu no concelho de Castro Marim, em 1956. Profissionalmente destacou-se na área da advocacia e também na área do ensino. Mas foi ao serviço da causa pública e do desenvolvimento local e regional, com assinalável espírito dinâmico e inovador, que mais se notabilizou, mormente nos 16 anos em que foi Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim (1997-2013). De se destacar, igualmente, a sua candidatura pelo PSD, em 2013, à Câmara Municipal de Tavira, onde foi vereador durante o período autárquico de 2013 a 2017.

Pelo seu trabalho e pelas suas qualidades pessoais e políticas, endereçamos a toda a família e amigos as nossas condolências e sentido de profundo pesar.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 22 de junho de 2023, delibera:

- Aprovar publicamente um Voto de Pesar pela morte de José Fernandes Estevens;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento à sua família enlutada, apresentando-lhes as nossas condolências e sentido de pesar.

Tavira, 22 de junho de 2023

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)





Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

## Recomendação

### Por um Serviço de Emergência para os Tavirenses

A capacidade de resposta adequada, eficaz e em tempo oportuno dos sistemas de emergência médica às situações de emergência, é um pressuposto essencial para o funcionamento do melhor e mais indicado socorro à comunidade. Em Tavira, a resposta à emergência médica tem encontrado nos últimos anos um escalar de adversidades quer seja pelo aumento da população quer pela falta de efetivos (humanos e materiais) para dar resposta às ocorrências do nosso Município colocando assim a nossa população em risco, em especial, aquela que vive nos territórios do interior da nossa Serra.

Revisitando a história, porque nela encontramos diversos bons exemplos, na década de 80, foi colocada estrategicamente em Cachopo uma ambulância e uma equipa de bombeiros, residente na aldeia, que garantiam a emergência na serra de Tavira. Já na década de 90 e na primeira década de 2000 foram marcadas por uma excelente articulação entre o INEM e o Município de Tavira, chegando a corporação em 10 anos a receber várias ambulâncias do INEM, para o serviço primário e ficando com as anteriores para as segundas e terceiras saídas. No verão o concelho era reforçado com mais ambulâncias do INEM, assegurando a Corporação as suas tripulações e operacionalização. Durante este período de tempo foi também atribuído pelo INEM à Unidade de Socorro da Cruz Vermelha de Tavira a designação de posto de reserva, ficando assim a unidade com valências de prestação de serviços ao INEM em situações secundárias ou em situações de falta de meios. Em 2018, a Unidade de Socorro recebe a designação de Posto de Emergência Médica, tem operacionais formados e recebe a sua ambulância amarela, que, ao par dos Bombeiros de Tavira executam o socorro do INEM.

No entanto, o despoletar do problema com a emergência médica e a capacidade de resposta do SIEM em Tavira aconteceu em 2008 quando se dá o total encerramento do serviço de atendimento permanente, SAP, no Centro de Saúde de Tavira. A partir desse momento, todos os serviços realizados no concelho, que mereciam uma atenção de meia hora a quarenta minutos, passam a durar mais de duas horas, uma vez que, todos os socorros são dirigidos ao SUB de Vila Real de Santo António ou ao Hospital de Faro, onde só de transporte do local da ocorrência até à Unidade Hospitalar, distam de mais de meia hora. Nesse mesmo ano e como consequência pelo encerramento do SAP, o INEM coloca



em Tavira uma ambulância diferenciada e a respetiva equipa. Já em 2022, a Unidade de Socorro da Cruz Vermelha de Tavira, deixa de executar serviços para o INEM.



Na última Assembleia Municipal, o Executivo referiu que nos últimos anos o INEM tem reforçado a rede de ambulâncias no concelho nas alturas de verão, pelo que, no passado ano de 2021, o INEM reforçou o Concelho com uma ambulância de emergência que ficou sediada em Conceição de Tavira. Tratava-se de uma ambulância “básica”, com a tripulação assegurada pelo INEM, trabalhando praticamente em exclusivo no período diurno e com muitas falhas de operacionalização por falta de recursos humanos. Também em 2022, o INEM volta a reforçar Tavira com uma ambulância de socorro nos mesmo moldes do ano anterior, colocada no quartel da GNR de Tavira e foram muito poucos os dias em que a ambulância pôde ser operacionalizada por falta de recursos humanos.

**Considerando:**

- As carências do Serviço de Emergência no nosso Concelho tanto a nível de recursos humanos como materiais;
- A inexistência de um Serviço Básico de Urgência no Concelho ou seus limítrofes;
- A distribuição deficitária dos recursos deixando as Freguesias de Cachopo e Santa Catarina e a Conceição de Tavira com uma resposta demorada;
- As largas distâncias a percorrer pelas equipas de socorro quer dentro do Concelho como na deslocação para as unidades de saúde aumentando exponencialmente os tempos de resposta.

**O Grupo Municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Tavira, nos termos do artº 23, nº2, h) do Regimento da Assembleia Municipal de Tavira e do nº2 do artº 25 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, recomenda ao Executivo Municipal que:**

- 1) Pugnar junto do Ministério da Saúde e do INEM pela colocação de uma ambulância e a sua respetiva equipa no aquartelamento de Cachopo de forma a aumentar a proximidade e diminuir os tempos de resposta na Serra de Tavira no curto prazo;
- 2) Pugnar para a abertura de um Serviço Básico de Urgências no Centro de Saúde de Tavira;
- 3) Promova uma reunião entre o Executivo Municipal, a Delegação Regional do INEM, o Comando Regional de Emergência e Proteção Civil, Corpo de Bombeiros Municipais e a Proteção Civil de Tavira de forma a fazer o levantamento das necessidades e qual o impacto que a falta de meios tem em Tavira;
- 4) Integração no futuro Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Tavira de uma estrutura organizada que junte os diversos operadores no concelho, INEM, Bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa, de forma a garantir o pleno funcionamento da Emergência Médica no Concelho e diminuir tanto as falhas de resposta como reduzir o tempo de resposta;

- 
- 
- 5) Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta de recomendação para conhecimento e divulgação ao INEM, ao Ministério da Saúde, à ANEPC, ao Ministério da Administração Interna, à Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social local, regional e nacional e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 22 de junho de 2023

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)





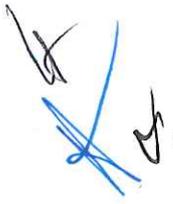
Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

### Voto de Congratulação

Queremos congratular alguns clubes, bem como os seus atletas e as suas respetivas equipas técnicas, pelo trabalho, empenho e dedicação demonstrados em prol da prática desportiva no nosso concelho.

Assim queremos congratular os seguintes clubes e atletas:

- **O Ginásio Clube de Tavira**, pelos resultados obtidos no Torneio Internacional de Boxe Olímpico – Portimão Box Cup 2023, que decorreu de 26 a 28 de maio, com a conquista de 1 medalha de Bronze, 3 medalhas de Prata e 1 medalha de Ouro, conquistada pela atleta Andrea Constantin;
- **A Associação Kombatefacil**, pelos resultados obtidos na competição Fighters Evolution 3, em Silves, no dia 10 de junho, com a conquista de 2 medalhas de prata pelos atletas Isaac Andorinha e Fábio Medinas e 1 medalha de ouro pelo atleta Lourenço Matos;
- **O Clube Recreio e Desporto Santaluziense** na modalidade de Futsal pela conquista da Taça do Algarve de Futsal da Associação de Futebol do Algarve – iniciados 2022/23, no passado dia 28 de maio, no atletismo pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Veteranos, que se realizou no passado fim de semana;
- **O Clube Náutico de Tavira**, pelos resultados obtidos no Campeonato de Portugal de Juniores e Absoluto 2023, que decorreu em Cascais nos dias 8 a 11 de junho, onde Beatriz Cintra, atleta do Clube Náutico de Tavira, dupla com Rita Manhá do Clube de Vela do Barreiro, foram campeãs de Portugal Absoluto na classe 420 e 1ª classificadas feminino e Miguel Sousa e Erica Porto, ambos atletas do Clube Náutico de Tavira, foram Campeões Portugal Juniores mistos na classe 420 e 1ª classificados;
- **Ria - Aqua Clube Tavira**, pelos resultados obtidos no Algarve Open de Masters de Verão e no Campeonato regional de Masters de Verão, que decorreu nos dias 3 e 4 de junho, em Loulé, onde no total conquistaram 19 medalhas no Campeonato Regional e 10 no Algarve Open;
- **Os Sonâmbulos Futsal Luzense Associação**, pela subida de divisão ao nacional no passado dia 17 de junho, bem como a conquista de campeões regionais 2022/2023, no passado dia 7 de maio da equipa de seniores masculinos;
- **O atleta José Mártires**, que participou no AJP Tour Faro International Jiu-Jitsu Championship 2023, que se realizou no dia 3 de junho, em Faro e conquistou na categoria Men's No-Gi/White/Amateur/77kg a medalha de bronze.



Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 22 de junho de 2023, delibera:

- Aprovar publicamente um Voto de Congratulação aos clubes, atletas envolvidos, bem como aos seus treinadores e dirigentes;
- Enviar o presente Voto de Congratulação aos referidos atletas e Clubes por estas conquistas;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao executivo da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 22 de junho de 2023

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

**Assembleia Municipal de Tavira dia 22 de junho 2023**  
**Proposta n.º 182/ 2023/CM - Contas consolidadas de 2022**

**Declaração de Voto**

Após análise da Proposta n.º 182/2023/CM, referente às contas consolidadas de 2022, consideramos o seguinte:

- a) A proposta n.º 182/2023/CM, relativa às contas consolidadas, tem como base um documento técnico que entendemos ser bem elaborado e estruturado, tal como também é expresso no relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, onde se conclui que o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais;
- b) No entanto, a presente proposta não pode merecer o nosso voto favorável, considerando que, uma vez mais, não foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, tal como estipulado legalmente, os elementos contabilísticos da empresa municipal Empet, EM, facto que inviabiliza um real conhecimento das contas de 2022, com a agravante da existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet. Trata-se de uma situação que já se arrasta há demasiado tempo, pese embora o facto das várias insistências realizadas pelo PSD, pelo que apelamos novamente para a urgência de se encetarem todas as diligências consideradas necessárias, por forma a resolver a presente questão com a devida eficácia.
- c) Sublinhamos, igualmente, a preocupação demonstrada no ponto 2. do Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, respeitante aos cerca de 30.000.000 euros em obras já executadas e ainda não incorporadas nas respetivas rúbricas do ativo e amortizadas.

Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta e apresentamos a presente Declaração de Voto Vencido, relativamente à proposta n.º 182/2023/CM – Contas consolidadas de 2022.

Tavira, 22 de junho de 2023

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)

